

JULHO | 2019 | NÚMERO 4

REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO

Imprensa e propaganda | Nostalgia ou tradição renovada | Cobertura dos protestos de 2013 em São Paulo | Pensamento jornalístico português | Construção de identidades na América Latina

Grupo de Trabalho de História
da Comunicação da SOPCOM

SOPCOM
Associação Portuguesa de
Ciências da Comunicação

FICHA TÉCNICA

Revista Portuguesa de História da Comunicação

Uma publicação do Grupo de Trabalho de História da Comunicação da SOPCOM

Número 4 (quatro)

ISSN: 2183-9506

Site: <http://www.revistahc.sopcom.pt/index.php>

Contacto: revistaphcsopcom@gmail.com

EDITORES

Patrícia Teixeira

Investigadora do ICNOVA (Instituto de Comunicação da Nova)

Vasco Ribeiro

Docente e investigador da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM

DATA

Julho de 2019

LOCAL

Porto

ORGANIZAÇÃO

Coordenação do Grupo de Trabalho de História da Comunicação da SOPCOM

Coordenadora – Patrícia Teixeira (ICNOVA)

Vice-coordenador – Vasco Ribeiro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM)

NOTA EDITORIAL

Todos os textos, referências e imagens são da responsabilidade dos autores dos artigos. É permitida a reprodução da totalidade ou de partes desta revista. A republicação de artigos nela incluídos noutras publicações depende, no entanto, da autorização dos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Pena – Universidad de Vigo

Ana Cabrera – Instituto de História Contemporânea

Ana Paula Goulart – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ana Regina Rego Leal – Universidade Federal do Piauí

Aline Strelow – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antonio Hohlfeldt – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Antonio Laguna – Universidad de Castilla-La Mancha

Carla Baptista – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Francisco Rui Cádima – Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Helena Lima – Universidade do Porto

Jaume Guillamet – Universitat Pompeu Fabra, Barcelona

Jorge Pedro Sousa – Universidade Fernando Pessoa e CIC.Digital

Josep Lluís Gómez – Universidad de Valencia

Maria Inácia Rezola – Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Marialva Barbosa – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Patrícia Teixeira – CIC.Digital

Rogério Santos – Universidade Católica Portuguesa

Suzana Cavaco – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Vasco Ribeiro – Universidade do Porto – Faculdade de Letras

Xosé López – Universidad de Santiago de Compostela

ÍNDICE

→ Introdução

Patrícia Teixeira e Vasco Ribeiro

O poder da propaganda sobre o jornalismo..... 6

→ Artigos/Ensaios

Deborah Ramos da Silva e Maria Teresa Miceli Kerbauy

A cobertura dos protestos de 2013 e o seu reflexo na política de mobilidade urbana da cidade de São Paulo..... 9

Patrícia Oliveira Teixeira

O Jornalista nas publicações do Sindicato Nacional de Jornalistas: contribuição para a construção do pensamento jornalístico português 26

Renato de Almeida Vieira e Silva

Nostalgia ou tradição renovada? A memória do tempo passado na sociedade contemporânea. A comunicação e o resgate de símbolos nostálgicos em períodos de incerteza..... 42

Renee Isabel Mengo e Pablo Rubén Tenaglia

História recente na América Latina – A construção de identidades bicentenárias a partir de agendas oficiais e transcendência na imprensa digital 51

→ Tradução

A Imprensa e a Propaganda¹

Ralph D. Casey 70

¹ Traduzido de: *The Press and Propaganda*.

INTRODUÇÃO

O poder da propaganda sobre o jornalismo

Patrícia Teixeira

patriciaoliveirateixeira@gmail.com

Vasco Ribeiro

vribeiro@letras.up.pt

6

Michael Schudson, num corpulento artigo publicado na revista *Journalism* (2001) intitulado 'The objectivity norm in American Journalism', refere, a propósito da impiedosa força da propaganda, que "nunca nada tinha sido tão ameaçador [para o jornalismo] como o trabalho dos relações públicas", mas também que "a *Pulitzer School of Journalism at Columbia University* foi formando mais graduados para a indústria das relações públicas do que para o jornalismo" (p.162). Uma evidência demonstrada anteriormente por um conjunto de autores que marcaram este combate entre o jornalismo e propaganda e onde se destacam as obras como *Ballyhoo: The voice of the journalism* (1927) de Silas Bent, *Freedom of The Press* (1937) de George Seldes, *The Disappearing daily* (1944) de Oswald Garrison Yillard, *But We Were Born Free* (1952) de Elmer Davis, *The Hidden Persuaders* (1957) de Vance Packard, *The Fourth Branch of Government* de Douglas Cater, *Life in the Crystal Palace* de Alan Harrington ou, ainda, o muito badalado *The Image* (1961) de Daniel Boorstin. Tudo trabalhos que evidenciam teorias sobre como a propaganda usa a comunicação social para moldar a opinião pública para fins políticos e comerciais. Aliás, o pioneiro dos estudos da propaganda, Harold D. Lasswell, e o próprio fundador das relações públicas, Edward Bernays, reconhecem a capacidade que a propaganda tem para mudar até os comportamentos individuais. Correntes teóricas que hoje têm expressão em autores de como Noam Chomnsky, Ignácio Ramonet e David Miller, pois continua a ser premente estudar a "orquestra de persuasão" principalmente numa altura em que o Jornalismo atravessa uma das maiores crises de sempre.

Por isso, a escolha do texto para a secção **Tradução** deste número da **Revista Portuguesa de História da Comunicação** recaiu num artigo de **Ralph D. Casey**, intitulado, precisamente, *A imprensa e a Propaganda [The Press and Propaganda]*, escrito originalmente em 1937. **Ralph D. Casey**, que faleceu em 1977 com 87 anos de idade, foi, a par com o já referido Lasswell, um pioneiro no estudo da propaganda com obras como *Propaganda, Communications and Public Opinion, a Comprehensive Reference Guide* (1946) e *The Press in Perspective* (1963), sendo que esta última obra conta com comentários de outros reputados autores do estudo do jornalismo e da propaganda, como Joseph W. Alsop Jr., Marquis Childs e James Reston. Neste artigo, Casey

apresenta-nos uma inquietante descrição dos problemas do jornalismo da década de 30 que, surpreendentemente, muito se assemelham aos problemas de hoje, mas também faz um retrato diacrónico do crescimento da indústria da persuasão, em particular o incremento da interferência dos assessores de imprensa na produção noticiosas e o cerco que estavam a fazer ao jornalismo: “Nos dias de hoje, descobrimos que a assessoria de imprensa é o meio mais eficaz para motivar a ação individual ou em massa.”.

O número quatro da **Revista Portuguesa de História da Comunicação** reúne, ainda, mais quatro artigos/ensaios de investigadores da área da comunicação, com objeto de estudo focado no campo da história. **Deborah Ramos da Silva** e **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, da Universidade Estadual Paulista (Brasil), apresentam o artigo intitulado '*A cobertura dos protestos de 2013 e o seu reflexo na política de mobilidade urbana da cidade de São Paulo*' e nele fazem uma reflexão sobre a forma como os jornais *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, os dois maiores jornais desta cidade brasileira (S. Paulo), cobriram e contaram, nas suas páginas, as manifestações ocorridos em junho de 2013 (manifestações como forma de protesto contra o preço dos transportes públicos). Concluíram que ambos os periódicos tiveram um papel importante, ao ampliar o poder dos protestos e ao influenciar a decisão do governo da cidade de S Paulo de dedicar mais atenção à questão dos transportes públicos e da sua maior acessibilidade por parte dos cidadãos.

Em '*O Jornalista nas publicações do Sindicato Nacional de Jornalistas: contribuição para a construção do pensamento jornalístico português*', **Patrícia Oliveira Teixeira**, do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, procura descrever de que forma as publicações sindicais dos jornalistas '*Boletim*' (1941-1945) e '*Jornalismo*' (1967-1971) falaram sobre a sua própria classe, num período de ditadura em que a censura 'atuava' frequentemente sobre aquilo que era escrito. A autora concluiu que, apesar do regime de repressão que se vivia, os redatores destes periódicos conseguiram traçar algumas das fronteiras conceptuais da profissão de jornalista, procurando a sua afirmação na sociedade e clamando por melhores condições para o seu exercício profissional.

Renato de Almeida Vieira e Silva, da faculdade brasileira de Rio Branco, propõe uma reflexão sobre a nostalgia e o desejo de se voltar ao passado, através do resgate de costumes, hábitos, símbolos, etc. Em '*Nostalgia ou tradição renovada? A memória do tempo passado na sociedade contemporânea*'. *A comunicação e o resgate de símbolos nostálgicos em períodos de incerteza*, o autor apresenta esta reflexão bem como as [aparentes] razões para este 'retrocesso temporal' se manifestar nos indivíduos. Como conclusão deste ensaio, sugere que este desejo de voltar ao passado se apresenta como uma solução para atenuar as vicissitudes do presente e a imprevisibilidade do futuro.

O quarto e último artigo, de **Renee Isabel Mengo e Pablo Rubén Tenaglia**, ambos da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, intitula-se '*História recente na América*

Latina – A construção de identidades bicentenárias a partir de agendas oficiais e transcendência na imprensa digital. Este artigo explora e descreve os bicentenários que ocorreram na América Latina entre 2009 e 2011, na perspetiva dos meios de comunicação, bem como a participação dos diferentes governos nas comemorações organizadas em torno desta efeméride. Os autores concluíram que estas celebrações ocuparam um lugar de destaque na respetiva imprensa nacional bem como nas agendas políticas e que esta foi uma ocasião que proporcionou uma reflexão sobre o futuro destas nações.

Estes cinco textos fazem o corpo desta revista que já vai no seu quarto número e que continua a procurar a divulgação de estudos afetos à área da história do jornalismo, área muitas vezes 'esquecida' ou 'relegada', mas sem a qual seria impossível escrever o presente e delinear o futuro.

A cobertura dos protestos de 2013 e o seu reflexo na política de mobilidade urbana da cidade de São Paulo

The coverage of the protests of 2013 and its reflection in the urban mobility policy of the city of São Paulo

Deborah Ramos da Silva (UNESP – Universidade Estadual Paulista)

deborah.amos@faac.unesp.br

Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP – Universidade Estadual Paulista)

kerbauy@travelnet.com.br

Resumo

Este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada com o objetivo de gerar conhecimento científico sobre a qualidade das informações ofertadas pelos dois maiores veículos da cidade de São Paulo, *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, em junho de 2013, quando o Brasil foi surpreendido por um grande número de manifestações de rua, totalizando 234 matérias no período de 7 a 21 de junho de 2013, ápice dos protestos.

Para a delimitação proposta deste trabalho, serão utilizadas como referência as matérias relacionadas aos protestos no período citado em São Paulo, pois, apesar do caráter nacional do tema, esta é uma cidade referência, uma vez que nela os movimentos que foram estudados atuaram com maior força e intensidade durante todo o mês de junho, estando presentes os movimentos autônomos, anárquicos e toda a gama de agentes que influíram na condução dos protestos. Ademais, foi o reajuste da tarifa de ônibus dessa cidade que motivou as ações do Movimento Passe Livre (MPL), principal ator nas mobilizações, que resultaram em um processo em cadeia que se alastrou pelo país.

De fato, os meios de segurança pública, as lideranças políticas e sindicais tradicionais, e até os meios de comunicação, foram incapazes de prever, com alguma antecedência mínima, a possibilidade de que aqueles eventos que insurgiam, irrompessem, como de fato aconteceu.

O estudo investigou, por meio da análise de conteúdo e revisão bibliográfica, de que forma a macromídia ou mídia convencional cobriu os protestos, além de apresentar como os dois principais jornais brasileiros online abordaram o tema e os atores envolvidos.

Partimos do pressuposto de que tanto os novos meios quanto os tradicionais desempenharam papéis importantes nesse momento. Atuaram como caixas de ressonância para diversos atores sociais. Devemos destacar que as mídias digitais foram ferramentas de mobilização e ampliaram

o poder dos protestos, mas, a presente pesquisa objetivou identificar a cobertura dos dois maiores veículos, a *Folha de S. Paulo* que é atualmente o jornal brasileiro de maior circulação, segundo dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), com 189.254 acessos de 2014 a 2015; entre 2012-2013, esses dados chegavam a 294.811. e *O Estado de S. Paulo* concentrava no ano de análise das manifestações 234.863 acessos; em 2014-2015, o número caiu para 78.410.

Diante dos resultados, o estudo forneceu indicações de que apesar do cenário conflituoso, São Paulo soube aproveitar a oportunidade, pois a partir dele, o município criou um conselho para a área de transporte e trânsito na conjuntura dos Protestos. O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) configurou-se como um espaço de participação e controle social que veio ao encontro das demandas que levaram milhares de cidadãos a se manifestarem naquele ano, tendo como pauta direta a redução das tarifas do transporte público coletivo e, indireta, a participação da sociedade civil no processo decisório das políticas públicas de mobilidade urbana.

Palavras chave: Manifestações; São Paulo; Macromídia; Mobilidade; CMTT.

Abstract

This article presents results of a research carried out with the objective of generating scientific knowledge about the quality of the information offered by the two largest vehicles of the city of. And the State of. In June 2013, when Brazil was surprised by a large number of street demonstrations, totaling 234 subjects in the period from June 7 to 21, 2013, the height of the protests. For the proposed delimitation of this work, will be used as reference the subjects related to the protests in the period cited in São Paulo, because, despite the national character of the theme, this is a reference city, since in it the movements that were studied acted with greater strength and intensity throughout the month of June, with the presence of autonomous movements, anarchists and the whole range of agents that influenced the conduct of the protests. In addition, it was the readjustment of the bus fare of that city that motivated the actions of the Free Pass Movement (MPL), the main actor in the mobilizations, that resulted in a chain process that spread throughout the country. In fact, the public security media, traditional political and trade union leaders, and even the media, were unable to foresee, with some minimal advance, the possibility that those insurgent events would erupt, as indeed happened.

The study investigated, through content analysis and bibliographic review, how macromedia or conventional media covered the protests; as well as presenting how the two main Brazilian online newspapers addressed the theme and the actors involved.

We start from the assumption that both new media and traditional ones played important roles at that time. They acted as sounding boards for various social actors. It should be noted that digital media were tools of mobilization and broadened the power of the protests, but the present research aimed to identify the coverage of two major vehicles, *Folha de S. Paulo*, which is

currently the largest Brazilian newspaper, according to data from the Association National Newspapers (ANJ), with 189,254 accesses from 2014 to 2015; between 2012-2013, this data reached 294,811. E *The State of S. Paulo* concentrated in the year of analysis of the manifestations 234,863 accesses; in 2014-2015, the number dropped to 78,410.

In view of the results, the study provided indications that despite the conflictive scenario, São Paulo was able to seize the opportunity, because from it, the municipality created a council for the area of transportation and transit in the conjuncture of the Protests. The Municipal Transport and Traffic Council (CMTT) was set up as a space for participation and social control that met the demands that led thousands of citizens to express themselves in that year, with a direct agenda of reducing the rates of collective public transport and, indirectly, the participation of civil society in the decision-making process of urban mobility public policies.

Key words: Manifestations; São Paulo; Macromedia; Mobility; CMTT.

Introdução

São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto de 2017, tendo atingido recentemente a marca dos 12,1 milhões de habitantes. Em 2013, a cidade foi palco de frequentes protestos que reuniram multidões, as quais, organizadas por meio das redes sociais, agruparam-se em suas praças e avenidas. Durante as manifestações, o Movimento Passe Livre (MPL) se tornou um emblema devido à expressão e forma política de agir. No entanto, deve-se ter em mente que o Movimento já dispunha de uma articulação nacional desde 2005, com ideias políticas difundidas por seus participantes em várias cidades. As manifestações do MPL não se reduzem apenas ao preço das passagens de ônibus, apesar de esta ter sido uma estratégia importante para o Grupo. De um modo mais abrangente, o Movimento se refere aos direitos do cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana, que, em sua concepção, deveria ser considerado um direito fundamental, um serviço público essencial que assegure o acesso das pessoas aos demais direitos, como, por exemplo, saúde e educação. Partindo dessa premissa, o MPL propõe a desmercantilização do transporte coletivo, ou seja, a “tarifa zero” como o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda a população nas cidades.

Devemos lembrar que, na primeira passagem do Partido dos Trabalhadores (PT) pelo comando da prefeitura da maior cidade do país, o que ocorreria anos depois com Marta Suplicy em 2000 e Fernando em 2012, há uma das primeiras iniciativas no Brasil, por parte do poder público municipal, em estabelecer a tarifa zero para o transporte público:

Em 1990, a prefeita Luiza Erundina (à época no Partido dos Trabalhadores) encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um projeto, de autoria do secretário

municipal de Transportes Lúcio Gregori, que ficou conhecido como “tarifa zero”, e que até hoje é referência para os movimentos que lutam por um transporte público de qualidade como um direito social de todos (Takemoto, 2014: 25).

Os recursos necessários à implementação da proposta viriam da cobrança progressiva do IPTU, sobretudo em imóveis que representassem atividade econômica, seja no comércio ou na indústria, e, também, daqueles que não estivessem contribuindo com a produção ou não possuíssem uma função social, além da criação de um fundo de transportes, conforme salienta Takemoto (2014). No entanto, “a ideia não foi implementada devido à resistência política. Em cidades como a capital paulista, as empresas são remuneradas pelo número de passageiros, ou seja, lucram mais com ônibus cheios.” (Locattelli, 2013: 10)

O projeto foi para a Câmara que não votou (...). Não foi votado por uma disputa política e mexia com os interesses de pessoas que pagavam impostos relativamente baixos e passariam a pagar o imposto realmente necessário. Ninguém queria mexer neste vespeiro. O projeto foi arquivado, mas houve consequências. Ao negar-se a votar, a Câmara foi corresponsável por um estado calamitoso do transporte de São Paulo à época (Gregori, 2013).

O próprio ex-secretário municipal de transportes da gestão Luiza Erundina, Lúcio Gregori, reconhece as dificuldades enfrentadas pelo projeto desde a tentativa de implementação, quando o Executivo dependia da aprovação da medida pelo Legislativo. A fala de Gregori (2013) demonstra a dificuldade que o Estado tem de garantir e melhorar, no Brasil, a qualidade dos serviços públicos baseado, em parte, no aumento de impostos para a parcela da população de maior poder aquisitivo.

E, apesar de a cidade de São Paulo não ter conseguido implantar a tarifa zero nos transportes públicos, em algumas cidades do Brasil a experiência já é adotada, embora um número ínfimo diante do total de 5.564 municípios brasileiros, tendo as cidades de Agudos (SP), Ivaiporã e Pitanga (PR) adotado o passe livre irrestrito, custeado pelas respectivas prefeituras. Além destas cidades, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011, o município de Porto Real aboliu a tarifa no valor de R\$0,50 e instituiu o Passe Livre irrestrito; e, em dezembro de 2014, portanto mais de um ano após o início das manifestações convocadas pelo MPL, a cidade de Maricá (RJ), adotou a tarifa zero.

O principal argumento da maioria dos prefeitos em todo país, para não instituir a tarifa zero, é que o custo da iniciativa é incompatível com os orçamentos das prefeituras, sobretudo por não haver alguma complementação financeira por parte dos estados ou da União; além de, em

algumas cidades, as prefeituras já subsidiarem o transporte público por financiarem diretamente a gratuidade das passagens de segmentos da população como estudantes, desempregados, idosos e deficientes físicos, como destaca o presidente do Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) ao ser questionado em uma entrevista sobre a proposta de Passe Livre irrestrito.

Nós da Frente Nacional de Prefeitos procuramos realizar vários cenários. (...) O senador Renan Calheiros [PMDB-AL] tinha uma proposta sobre isso. Buscamos assessoria técnica. Estivemos no Poder Executivo federal, discutimos com o Ministério da Fazenda. E chegamos à conclusão que passe livre de forma ampla seria algo absolutamente impensável. Não existem recursos para que isso aconteça. Nós propusemos, e achamos que é uma proposta razoável, o chamado passe livre com corte social. Poderíamos atender desempregados, donas de casa, estudantes com um limite de renda. O impacto no país poderia chegar a R\$ 3 bilhões, o que seria até adequado, desde que financiado pelo governo federal. Os municípios não têm como fazer isso. (Fortunati, 2014).

Há também outros condicionantes que, segundo Vasconcellos (2013), inviabilizariam a implantação da tarifa zero. No tocante à operacionalização do sistema, restaria ao município escolher entre dois modelos: o primeiro de continuidade de operação das atuais e de novas empresas, sendo remuneradas diretamente pelo município, o que poderia levá-las a não se responsabilizarem mais pela qualidade do serviço. Já o segundo implicaria a criação de empresas municipais de transportes, para operar o sistema de transporte.

Dentre os veículos de comunicação que cobriram os protestos na capital paulistana, destacam-se os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, por terem publicado, durante os protestos de junho, várias matérias sobre o MPL e a sua atuação durante as manifestações, propiciando ao leitor, pelo menos em tese, a oportunidade de se aprofundar sobre a história do movimento, sua composição, suas reivindicações e os resultados das reuniões entre o MPL e as autoridades após o início dos protestos para discutirem a pauta da mobilidade, uma vez que as mensagens transmitidas pela indústria da mídia são recebidas por pessoas específicas, situadas em contextos sócio históricos específicos. Essas pessoas veem “as mensagens dos meios com graus diferenciados de concentração, interpretam-nas ativamente e dão-lhes sentido subjetivo, relacionando-as a outros aspectos de suas vidas. (Thompson, 1998: 287)

Neste estudo, a partir da ideia de Menezes (2010: 19) de que os veículos de comunicação “seriam os responsáveis por pautar a agenda pública, embora em alguns momentos haja um contra-agendamento e a própria sociedade paute esses meios de comunicação”, aliada ao fato deste trabalho buscar estudar, a partir da cobertura midiática, um movimento social que ganhou a atenção nacional a partir de um evento político e social recente na história brasileira,

apresentamos uma análise da forma como as jornadas de junho de 2013 foram enquadradas pelos jornais online *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, assim como verificamos que o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) configurou-se como um espaço de participação e controle social que veio ao encontro das demandas que levaram milhares de cidadãos a se manifestarem, adotando como metodologia a análise de valências e enquadramentos, desenvolvida por pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos do Rio de Janeiro (IESP- UERJ). Utilizamos ainda, durante a pesquisa, a definição de Almeida (2015: 52) para definir os veículos de larga escala:

Macromídia aquela mídia que possui longo alcance, geralmente transmitindo sua produção via broadcasting com foco nos grandes públicos, que integra o mainstream midiático. Sua influência pode ser local, nacional ou internacional e possui grande poder de interferência na agenda pública e política. Sua produção segue modelo industrial, além de possuir uma estrutura técnica e tecnológica robusta.

Já a análise de 234 matérias teve como base os estudos do enquadramento. Para tanto, considerou-se que, segundo Motta (2010), os diversos enquadramentos dados na edição das notícias não são acidentais, mas, antes, muito premeditados. Com o intuito de evidenciar o enquadramento utilizado pelos dois maiores jornais de São Paulo no tocante às manifestações, foram analisadas as matérias publicadas pelos veículos no período de 7 a 21 de junho. Tal recorte temporal foi estabelecido uma vez que o primeiro dia das manifestações foi em 6 de junho, um dia antes do início do período sob análise, pois as publicações que trataram sobre os atos começaram a surgir a partir desse momento e seguiram até o dia 21 do mesmo mês. O período se mostrou ideal, pois comporta os principais eventos das Jornadas de Junho até a referida data histórica, tais como os primeiros protestos; a repercussão da repressão policial; a intensificação das passeatas e sua nacionalização; o início da Copa das Confederações da FIFA, que se tornou o foco dos protestos em sua segunda fase; e, finalmente, o anúncio da redução da tarifa em São Paulo e em diversas cidades. Na prospecção desse recorte temporal, concluiu-se que havia um quantitativo seguro e expressivo de matérias.

Jornalismo na era da informação

Nos protestos de junho de 2013, que levaram milhões de pessoas às ruas do Brasil, a estrutura midiática foi uma das temáticas mais evidenciadas, com movimentos populares e manifestantes que pediam a democratização da mídia. Essa estrutura tem, por um lado, os conglomerados de comunicação, pertencentes a algumas poucas famílias e que produzem a maior parte da informação que circula no país. De outro, apresenta uma formação discursiva, organizacional e

teórica distinta, que trata de uma grande quantidade de pequenos meios, os quais constituem o campo da mídia alternativa, vinculada em maior ou menor medida aos movimentos populares, com discurso à esquerda e buscando transformações sociais nos mais variados campos.

Cumprir lembrar que os protestos de junho de 2013 surgiram, inicialmente, para contestar o aumento de R\$ 0,20 na tarifa de transporte público em São Paulo. Mas os atos foram ganhando apoio popular, o que elevou a pauta de reivindicações. Como consequência, Frederico (2013: 252) afirma que o indivíduo ficou “enredado no campo dominado pela mídia”, que visava “pautar a conduta individual”. Tanto que “não foi por mero acaso que a palavra de ordem gritada nas ruas – ‘vem pra rua, vem’ – tenha replicado o slogan da propaganda de uma marca de carros que então era veiculada exaustivamente na televisão”.

Para Traquina (2014: 24), “dois pólos começaram a tornar-se dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo: o pólo econômico (a definição das notícias como um negócio) e o pólo ideológico (a definição das notícias como um serviço público)”. Portanto, podemos analisar o jornalismo como uma instância de poder e de produção de sentido perante a opinião pública, que possui relações imbricadas com os poderes estabelecidos, que lhes financiam e agem para que esses interesses sejam preservados com a manutenção do *status quo*:

O campo jornalístico age, enquanto campo, sobre outros campos. Em outras palavras, um campo, ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos. Através da pressão do índice de audiência, o peso da economia se exerce sobre a televisão, e, através do peso da televisão sobre o jornalismo, ele exerce sobre os outros jornais, mesmo sobre os mais “puros”, e sobre jornalistas, que pouco a pouco deixam que problemas de televisão se imponham a eles. E, da mesma maneira, através do peso do conjunto do campo jornalístico, ele pesa sobre todos os campos de produção cultural (Bourdieu, 1989: 81).

Não se pretende, nesse estudo, partir de uma visão catastrófica da mídia e seu controle sob a sociedade, mas, de fato, o avanço das tecnologias da informação e comunicação e a consequente bidirecionalização dos fluxos informacionais provocados pela comunicação em rede promoveram alterações em alguns sólidos valores do jornalismo, conforme veremos mais à frente. Assim, o próprio jornalismo foi deslocado do centro dos processos informacionais. A prática jornalística passou a sofrer ressignificações no momento em que teve de se adequar ao ambiente da Internet, às funcionalidades das mídias digitais e às novas formas de consumo e produção de informação.

Sem dúvida, as novas ferramentas digitais colaboram para reestruturar o exercício da profissão, a produção industrial da notícia, as relações entre as empresas de comunicação com as fontes,

a audiência, os concorrentes, o governo e a sociedade. Trazem, com isso, implicações de ordem técnica, ética, jurídica e profissional para o jornalismo. Entretanto, apesar das mudanças abrangentes, há uma tendência corrente em estudá-las como se fossem de caráter meramente operacional. Ressalta-se como um dos seus efeitos a readaptação legitimadora das rotinas produtivas e de linguagens às exigências da instantaneidade e da visualidade do jornalismo online. Entre pesquisadores como Michael Kunczik (2001), Bill Kovack e Tom Rosentiel (2003), Ignácio Ramonet (1999) e Dominique Wolton (1999), há um certo consenso quanto à influência das tecnologias da informação na reestruturação da organização jornalística e de suas rotinas de trabalho.

A informática como tecnologia, especialmente, trouxe agilidade e qualidade no processamento da informação, ao facilitar o trabalho de rever, corrigir, alterar e atualizar textos. No entanto, os pesquisadores mencionados duvidam que as tecnologias digitais tenham provocado mudanças profundas na concepção de jornalismo, a ponto de alterar valores consagrados. Na avaliação de Wolton (1999: 268-269), por exemplo, a imprensa continua a mesma, ou seja, "a mudança foi apenas de forma, de linguagem, que em nada abalou os princípios basilares do jornalismo". Por mais forte que seja, uma inovação tecnológica não leva consigo, mecanicamente, uma transformação profunda do conteúdo das atividades.

Podemos considerar esse argumento parcialmente válido. No entanto, é necessário considerar, para melhor compreensão, que a essência da natureza das tecnologias da informação de hoje, especialmente a Internet, difere radicalmente de outras do passado e sua influência pode carregar transformações de valores e conceitos. Para o jornalismo, a adoção dessas tecnologias da informação sinaliza mudanças que não ficam apenas no nível da troca de roupagem, sendo bem mais profundas do que muitos costumam analisar, podendo até mesmo solapar valores fundadores dessa práxis social.

O correto é que no jornalismo em geral e no webjornalismo em particular, podemos nos referir à existência de um método próprio de trabalho. Método este que diz respeito a um conjunto de regras procedimentais de apuração de um fato, baseadas em valores e concepções sobre o papel e as formas de atuação jornalística, que visam atingir um determinado fim (produzir notícias) sobre fatos e opiniões considerados de interesse público ou diversionais.

Portanto, falar em método de apuração jornalística significa falar de um conjunto de práticas (habilidades e técnicas) executadas pelos jornalistas, como por exemplo a observação de eventos e de seus desdobramentos, entrevista com fontes de informações, leitura de documentos e outros dados de natureza técnica, etc.

Entretanto, não custa lembrar que ao longo do tempo o jornalismo se tornou uma atividade coletiva, organizacional e industrial, que exige do repórter uma operacionalidade nos seus atos e objetivos, expressa em uma pauta pré-definida, balizada por parâmetros de avaliação da noticiabilidade dos eventos e cuja execução é controlada por outros jornalistas.

Nessa lógica, a produção com poucos recursos em períodos exíguos de tempo para uma publicação cada vez mais acelerada conduz a uma simplificação do método de trabalho jornalístico e por vezes acaba por limitar a capacidade de captar e verificar informações. É a partir desta crítica ao “positivismo” presente numa proposta de um jornalismo de precisão de base quantitativa, que pesquisadores sociais de matriz qualitativa consideraram necessário rever tanto os modos tradicionais de reportagem jornalística, quanto as contribuições que as ciências sociais quantitativas poderiam trazer à atividade.

Com essa preocupação jornalistas, bem como os pesquisadores em comunicação, viram-se forçados a ampliar o grau de validação de seus estudos o que os estimulou a combinarem métodos de trabalho, sejam de base qualitativa ou quantitativa. Esta combinação pode ocorrer simultaneamente nas reportagens, buscando confrontar os dados oriundos de diferentes fontes para que se complementem e permitam conclusões mais precisas. Um exemplo ilustrativo desta combinação de abordagens é o uso que o jornal *Folha de São Paulo* faz do Instituto de Pesquisa Datafolha, pertencente ao mesmo Grupo Folha da Manhã, para levantar dados eleitorais e situações sociais complexas. Para isso, a atividade jornalística depende da composição de uma equipe multidisciplinar para pesquisa e interpretação dos dados eleitorais e situações sociais complexas.

Os enquadramentos de 2013

Sob essa perspectiva, apresentamos os enquadramentos jornalísticos que foram trabalhados por Tuchman, para quem “as notícias são uma janela para o mundo. (...) A panorâmica através de uma janela depende de esta ser larga ou estreita, de ter muitas ou poucas traves, do vidro ser opaco ou transparente, do facto de a janela dar para uma rua ou para um quintal” (1980: 1). A autora considera que a produção de notícias constitui um ato de construção da realidade, e não uma imagem da realidade. Essa reflexão é partilhada por vários investigadores, sendo recorrente em muitos estudos: “Embora as notícias não sejam ficção, são uma ‘estória’ sobre a realidade, não a realidade em si” (Bird e Dardenne, 1999: 276).

Os enquadramentos são, portanto, padrões comuns ao processo de construção das notícias. O que jornalistas podem fazer é esforçar-se para promover diversidade nos enquadramentos, nas interpretações promovidas por fontes e pelos próprios jornalistas. Deste modo, é importante analisar quais enquadramentos são utilizados nas coberturas de eventos e temas políticos.

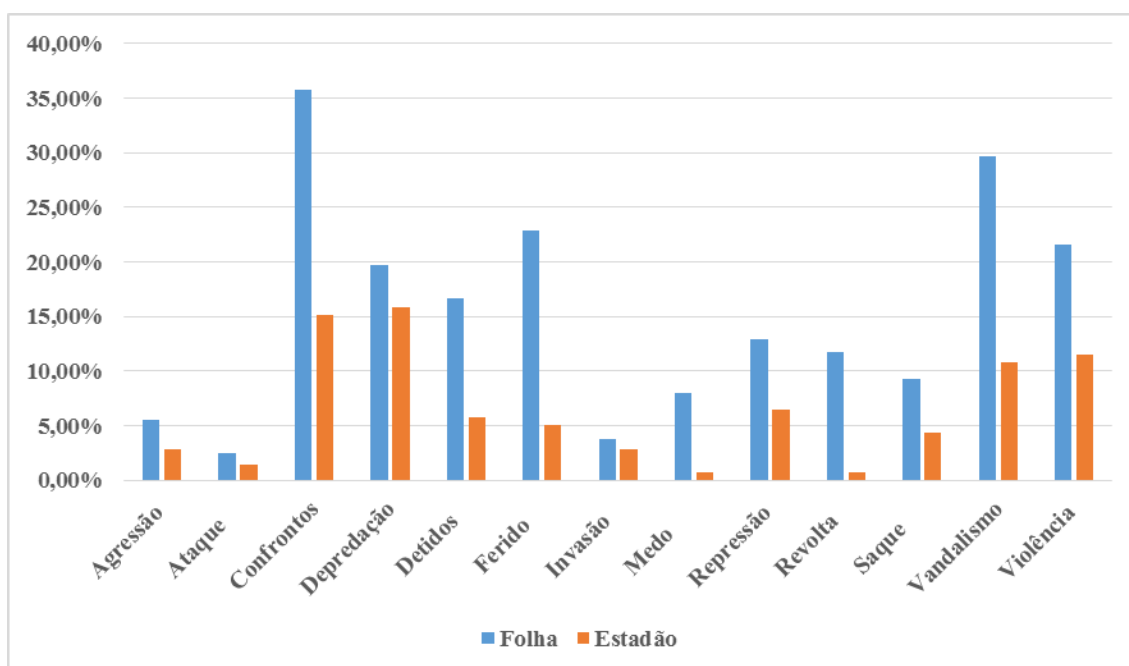
Porto (2004) divide os enquadramentos entre noticiosos e interpretativos. Como explica o autor, existem na literatura corrente diversos conceitos de enquadramento (Tuchman, 1980; Gitlin, 1980; Goffman, 1986; Gamson, 1992; Wolfsfeld, 1993; Entman, 1993, entre outros), que tocam em diversos níveis de análise. Alguns autores distinguem entre enquadramento da mídia, criados pelos jornalistas, e enquadramentos culturais, que existem no plano externo aos jornalistas, diga-se na cultura (Maher, 2001).

Neste trabalho, utilizamos a definição proposta por Porto (2004) de os enquadramentos noticiosos serem consequência de escolhas feitas por jornalistas quanto ao que evidenciar em uma realidade percebida (Porto, 2004: 92).

Identificamos durante a pesquisa, as recorrências lexicais tanto do *O Estado* como da *Folha*. O primeiro, utilizou mais o termo lexical “depredação”, ocorrendo em quase 16% das matérias, das 72 desse veículo, o que sugere uma cobertura voltada aos danos ao patrimônio público e privado. Destacamos ainda outras duas escolhas – “confrontos” e “violência” –, que ocorreram respectivamente em 15% e quase 12%, conferindo aos atos um caráter bélico. No entanto, notamos que, apesar da utilização de termos que indiquem uma repressão da polícia militar demandada pela imprensa e da detenção de diversos manifestantes, os léxicos “medo” e “revolta” são os dois menos usados – cerca de 1%. Em linhas gerais, as recorrências lexicais d’ *O Estado de S. Paulo* foram baixas, indicando que o veículo não explorou as palavras de carga negativa, o que demonstra o uso de um vocabulário mais diversificado para transmitir os fatos aos seus leitores.

Por fim, ao analisar os jornais concorrentes da capital, percebe-se que *O Estado de S. Paulo* foi menos recorrente em suas escolhas lexicais de carga simbólica negativa do que a *Folha de S. Paulo*, devido, por exemplo, à diferença entre os termos mais usados por cada um: “depredação”, com pouco mais de 15% pelo Estado, e “confrontos”, com pouco mais de 35% pela *Folha*. Apesar disso, houve um grande uso por ambos de palavras que evidenciavam os enfrentamentos entre polícia e manifestantes, como “confrontos”, “depredação”, “vandalismo” e “violência”, sendo essas palavras as mais usadas pelos jornais, conforme pode ser notado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparativo entre recorrências lexicais negativas dos dois veículos



Fonte: elaboração própria, a partir das matérias veiculadas nos dois jornais analisados neste estudo.

Em Comunicação, o *framing* ou enquadramento, como preferem alguns teóricos, começou a ser utilizado em pesquisas sobre como os movimentos sociais, principalmente os estudantis dos anos 1960, eram tratados pela mídia e como esse tratamento deveria ser modificado a fim de que atraísse a atenção e o apoio de uma parcela maior da população. Atualmente, a teoria do enquadramento serve para identificar como os produtores de notícias selecionam e, mais do que isso, interpretam os conteúdos veiculados. Conforme Sádabrá (2007), as fontes utilizadas pelos jornalistas também exercem influência sobre a realidade por eles construída:

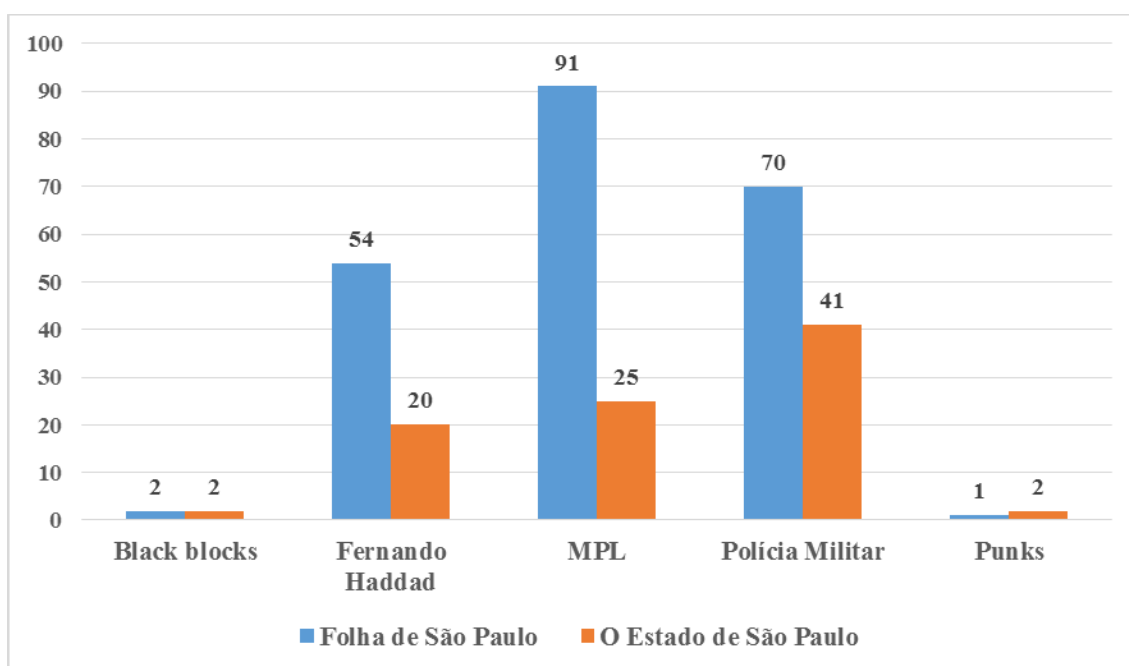
Os jornalistas utilizam frames narrativos, porque eles facilitam sua tarefa de enquadrar a complexidade do mundo. Consciente ou inconscientemente, os jornalistas sabem que esses frames dramáticos são rapidamente compreendidos pelos receptores que os utilizam frequentemente no mundo da vida. São, portanto, definidores prévios da situação de comunicação que se vai estabelecer. Frames de recíproca interação através dos quais os interlocutores tornam possível a comunicação jornalística. (Motta, 2007: 1)

Através da escolha de aspas, o repórter também pode promover determinadas interpretações em detrimento de outras. Como explica Tuchman (1980: 81-82), "os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. (...) Ao acrescentar mais nomes e citações, o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo

que os outros digam o que ele próprio pensa”. As fontes podem ser utilizadas, portanto, para corroborar as opiniões do repórter. No processo de construção da notícia, a seleção de aspas e argumentos funciona também como seleção de interpretações.

Percebemos, de acordo com as informações do gráfico 2, que a *Folha* não destacou os Black Blocs (2%) e os Punks (1%) durante a cobertura, embora ambos tenham participado dos atos desde o início, passando, depois, a serem “personas non gratas” nas manifestações. O *Estado* também não citou à exaustão os Black Blocs (2%) e os Punks (2%). Devemos destacar que, após os protestos ganharem projeção nacional, os Black Blocs se “descolaram” das ações do MPL e utilizaram sua tática mais agressivamente, atacando bancos, prédios públicos e aparatos da mídia tradicional. Foi quando a tática passou a ser criminalizada pela imprensa e pelo poder público, que, contudo, não podia reagir de forma violenta dada a repercussão negativa dos excessos cometidos pela polícia nos primeiros dias.

Gráfico 2 - Número de menções dos principais atores envolvidos por veículo



Fonte: elaboração própria, a partir das matérias veiculadas nos dois jornais analisados neste estudo.

A partir dessa ideia, é coerente afirmar que, nesse processo envolvendo as formas simbólicas, a mídia vai buscar criar imagens, do ponto de vista sociopolítico, que ela tem interesse que o seu público tenha acesso. Dessa forma, acontecimentos da vida política, econômica, científica, cultural e até mesmo a vida íntima de indivíduos anônimos ou famosos ganham, na mídia, o caráter, muitas vezes, maniqueísta de bons e maus, ou seja, daqueles que são movidos por interesses supostamente escusos ou que vão de encontro ao que a própria mídia considera como normalidade, em contraposição àqueles que sofrem as consequências danosas. Como pudemos

observar ao analisar os dois maiores jornais de São Paulo, políticos e a mídia deixaram o lugar de protagonistas do espaço público de discussão e abriram espaço para as manifestações e a opinião pública que, mesmo em seu caráter difuso, tornaram os discursos mais dinâmicos talvez mais do que gostariam, esses conglomerados da mídia.

Mobilidade para a cidade

De acordo com Della Porta e Diani (2006), um protesto pode ser definido por sua capacidade de mobilizar a opinião pública por meio de formas pouco convencionais, que escapam à rotina, e de assim pressionar aqueles que tomam as decisões ou fazem as leis, consideradas injustas ou inadequadas. Podemos dizer que São Paulo soube aproveitar este cenário conflituoso, pois a partir dele, o município criou um conselho para a área de transporte e trânsito na conjuntura dos Protestos. O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito (CMTT) foi criado pelo Decreto nº 54.058, de 1º de julho de 2013, do prefeito Fernando Haddad. A criação por decreto ainda não possui a força institucional de uma lei, mas constitui um avanço em relação à Portaria 040 de 2000, que era inferior em termos normativos, criada na gestão de Marta Suplicy.

De forma sucinta, apresentamos os três fatores que conforme aponta Barbosa (2018) foram essenciais para a criação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo em 2013. O primeiro fator foi o social: os Protestos de Junho de 2013, que se iniciaram com reivindicações contra o aumento da tarifa de ônibus no município de São Paulo. O segundo é institucional: a Política Nacional de Mobilidade Urbana, criada pela Lei 12.587 de 2012, e o terceiro é político – a abertura da CPI dos Transportes.

Ainda de acordo com Barbosa (2018), nos primeiros anos de sua atuação, o CMTT se consolidou como um importante espaço institucional de debate e participação, permitindo a conciliação de diversos interesses e efetuando a prestação de contas das ações planejadas e executadas pelo governo municipal. Desse modo, as políticas de mobilidade urbana foram democratizadas. O Conselho possui como potencialidade a colocação da sociedade civil, da sociedade política e de grupos com interesses econômicos no mesmo espaço de diálogo e conflito, de modo a criar um mecanismo de pesos e contrapesos que produzem certo equilíbrio nas discussões.

O CMTT conta com câmaras temáticas, fórum para discussão de temas específicos de mobilidade. Atualmente há 4 delas em funcionamento: Bicicleta, criada em 11 de fevereiro de 2015; Serviço de Táxi, criada em 1º de julho de 2015; Mobilidade a Pé, criada em 22 de outubro de 2015; e Transporte Escolar, criada em 25 de maio de 2017. Houve também a criação da câmara de Serviço de Motofrete em junho de 2016, mas ocorreu apenas 1 reunião e não houve continuidade.

As reuniões ordinárias do CMTT e de suas câmaras temáticas aconteciam bimestralmente e a partir da 23ª reunião, em abril de 2017, a pedido do Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes e chancelado pelos conselheiros, passaram a ocorrer mensalmente. Não há previsão

de emissão de atas e resoluções para cada reunião, a SMT torna público um relatório resumido dos debates ocorridos, descrevendo a pauta do dia, definida pela Secretaria Executiva em reunião preparatória que antecede a reunião ordinária, e relatando de forma sintética as discussões do momento da palavra livre, aberta para todos presentes nas reuniões.

As atribuições previstas para o CMTT e câmaras temáticas evidenciam seu caráter consultivo, pois a relação com as temáticas de mobilidade tem um caráter mais genérico, empregando os termos “acompanhar”, “participar”, “propor”, “opinar”, “apreciar” e “subsidiar”. Conforme analisado por Moraes (2015), as atribuições previstas para o Conselho acabam sendo uma extensão das funções da SMT, porém sem caráter decisório.

Apesar de ser intuitivo o fato de vincular a origem do CMTT² a uma resposta da Prefeitura às manifestações de junho, é importante resgatar as discussões e tentativas anteriores de criação desta instituição participativa. A primeira referência encontrada é de 1967 na lei que criou a Secretaria Municipal de Transporte (SMT) e instituiu o Conselho Municipal de Transportes (COMUT) com atribuição de “apreciar e emitir parecer sobre planificação dos transportes no Município e demais questões técnicas”. Nesta lei também se estabeleceu remuneração para os representantes da entidade do setor e não estava prevista a participação da sociedade civil. Contudo, não há evidências indicando que o conselho foi instaurado pelo Executivo mesmo encontrando referências da sua extinção em 1978 pela Prefeitura, no Decreto n. 15.003/78, que reorganizou a SMT.

Mesmo que, desde a década de 90, a Lei Orgânica do Município de São Paulo (LOM) prevê que conselhos participativos na cidade devem ser criados pelo Legislativo, apenas em 2006 o Projeto de Lei (PL) n. 47/20066 tramitou na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) com a proposta de criação de um conselho participativo para transporte e trânsito, mas foi arquivado em seguida. Posteriormente, outros dois PLs também não obtiveram sucesso: o PL 296/20107, vetado pelo Prefeito; e o PL 330/20118, encerrado por descumprimento do regimento interno da casa legislativa.

Considerando o avanço da democracia participativa, de seus níveis de participação social e da sua influência eficaz na tomada de decisão, a democracia deliberativa se apresenta como uma

² Este órgão colegiado, tripartite e paritário, é composto por 63 representantes divididos igualmente em três grupos: i) representantes dos órgãos municipais, indicados pelos respectivos titulares; ii) representantes da sociedade civil eleitos em votação direta pela população local; e iii) representantes dos operadores dos serviços de transportes, indicados e eleitos pelos respectivos segmentos. Entretanto, no momento de sua criação foi previsto um total de 39 representantes, número que aumentou para 45 em 2014, e, por último, para 63 em 2016. O aumento de conselheiros se deu tanto por pressão da sociedade civil e dos operadores dos serviços de transporte diretamente nas reuniões ordinárias do conselho, quanto pelo Poder Público, através de ofícios de outras secretarias reivindicando uma cadeira no órgão. A presidência do conselho é sempre do Secretário Municipal da pasta responsável pela política municipal de mobilidade, que deve indicar o secretário da Secretaria Executiva, que tem como atribuição dar suporte às reuniões e ao funcionamento do conselho.

etapa madura de participação, pois “todos os arranjos deliberativos são formas ampliadas de participação” (Avritzer, 2000,43).

Nesse sentido, Cohen (1997) defende a via da institucionalização da participação, que compreende o direito ao voto, associação, expressão política e direito de ser eleito, por acreditar que a legitimidade e a autoridade da democracia encontram-se quando o Estado toma decisões junto com integrantes da sociedade. Portanto, analisar a institucionalidade dos conselhos é essencial para conseguir identificar se no formato que eles se apresentam é possível que haja incidência nas políticas públicas, ou seja, se realmente seria possível a participação dos cidadãos nas decisões dos governos. No entanto, quando o CMTT foi criado por Decreto do Poder Executivo definindo sua composição, atribuições e funcionamento, não houve audiência pública ou outro fórum de participação social para sua concepção. Logo na primeira reunião ordinária houve críticas do MPL sobre o caráter consultivo e não deliberativo do conselho, avaliando que esse modelo impede a gestão democrática, pois “a população deve decidir, não apenas ser consultada quanto a gestão do transporte urbano” (MPL, 2013).

Por isso, o CMTT é mais frágil institucionalmente, de acordo com os parâmetros indicados por Lima (et al., 2014) para determinar o nível de institucionalidade, é a falta de Lei específica e o fato de não ser deliberativo. O primeiro motivo enfraquece o funcionamento e a continuidade, pois quando há troca do governo municipal ou do chefe da pasta de mobilidade e transportes basta um ato do Executivo para extinguir ou alterar qualquer aspecto do conselho. O segundo, restringe a participação social e diminui o poder de influência do CMTT na política pública, pois a decisão de acatar as contribuições apresentadas pelas bancadas é exclusivamente do poder público.

Considerações

A pesquisa revelou que, embora a *Folha* e o *O Estado* tenham noticiado a atuação do movimento e inclusive dedicado matérias que explicavam o grupo aos seus leitores, essa cobertura se deu por meio da utilização de uma série de adjetivos e destaques da atuação do MPL que tinham muito mais a intenção de deslegitimar o movimento, enfatizar os danos ao patrimônio público e trazer pânico à população com um clima beligerante, conforme percebemos nas recorrências lexicais negativas dos dois veículos.

A falta de pluralidade de temas e de veículos que compõem a macromídia é sintomática da relação entre mídia e movimentos sociais, pois em um país aonde persiste um nível de desigualdade elevado, é mais do que necessário que as lutas sociais tenham visibilidade perante toda população. Dessa forma, os meios de comunicação, quando barram as tentativas de grupos em expor suas demandas, não estão permitindo que as pessoas possam exercer plenamente a cidadania. Ademais, a descrição detalhada sobre o processo de criação do CMTT no município contribuiu para constatar as dificuldades na institucionalização do conselho, uma vez que foram

identificadas múltiplas tentativas dos governos municipais para instituí-lo ao longo do tempo. Igualmente, forneceu informações sobre a legitimidade de sua criação para além das manifestações de junho de 2013, estas que foram motivadas pelo aumento tarifário não conseguiram transferir o debate para esta instituição de participação, onde a sua atribuição de discutir alterações na tarifa de ônibus foi ignorada.

Ações tomadas por cada governo com posições contrárias de uma mesma política evidenciam a fragilidade do CMTT em incidir sobre a política de mobilidade urbana. Assim, é importante também chamar a atenção para que as fragilidades identificadas em relação à institucionalidade sejam fortalecidas e não conduzam a uma extinção do colegiado. Como apontado, bastaria um ato do Executivo para extinguir ou alterar qualquer aspecto do conselho.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, T. D. R. (2015): *Midiativismo e coberturas jornalísticas: mídias livres, movimentos em rede e estratégias de contrapoder*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

AVRITZER, L. (2000): Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova – Revista de Cultura Política*, n. 50, p. 22-46.

BARBOSA, G. H. (2018): *O Conselho Municipal de Transporte e Trânsito de São Paulo (CMTT/SP): participação e mobilidade urbana*. Tese (Doutorado Ciência Política), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos.

BIRD, E.; DARDENNE, R. (1999): Mito, registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Veja.

COHEN, J. (1997): Deliberation and democratic legitimacy. In: J. BOHMAN e REHG, W. (ed). *Deliberative democracy*, Cambridge, Mit Press.

DELLA PORTA, D; DIANI, M. (2006): *Social movements: an introduction*. 2.ed., Malden, Blackwell Publishing.

ENTMAN, R. M. (1993): Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, vol. 43, n. 4.

FORTUNATI, J. (2014): Entrevista ao Poder e Política. *Portal UOL*. Brasília, 18 dez. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2014/12/18/2015-comeca-com-onibus-mais-caro-em-capitais-diz-frente-de-prefeitos.htm>> Acesso em: 10 de maio de 2018.

FREDERICO, C. (2013): *Da periferia ao centro: cultura e política em tempos pós-modernos*. *Estud. av.* [online]. vol. 27, n. 79, p. 239-255.

GAMSON, W. A. (1992): *Talking Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

GITLIN, T. (1980): *The Whole World is Watching: mass media in the making and unmaking of the new left*, Berkeley, University of California Press.

- GOFFMAN, E. (1974): *Frame Analysis*, Boston, Northeastern University Press.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. (2003): *Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir*, São Paulo, Geração Editorial.
- KUNCZIK, M. (2001): *Conceitos de jornalismo – Norte e sul*, São Paulo, Edusp.
- LIMA, P., et al. (2014): *Conselhos Nacionais: elementos constitutivos para sua institucionalização*. 1951 Texto para discussão. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://bit.ly/2eTyhPM>>. Acesso em: 07 de julho de 2018.
- LOCATTELLI, P. (2013): *#VemPraRua. As revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história*, livro eletrônico. São Paulo, Companhia das Letras.
- MENEZES, A. S. (2010): *Jornalismo de Resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela Revista Sem Terra*. Dissertação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/679>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2018.
- Moraes, V. (2015): *Estudo da comunicação pública na gestão da mobilidade no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOTTA, L. G. (2010): Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, Petrópolis, Vozes, 2010.
- _____. (2007): Enquadramentos lúdico dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. *Intexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 17, p.1-25, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/3461/4134>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- PORTO, M. (2004): Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. ALBINOS C. (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*, Salvador, Edufba, pp. 73-104.
- RAMONET, I. (2002): *A explosão do jornalismo: das mídias à massa de mídias*, São Paulo, Publisher Brasil.
- TAKEMOTO, W. (2014): *Tarifa, Mobilidade e Exclusão Social*. Coleção O Que Saber, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- TUCHMAN, G. (1980): *Making News – A Study in the Construction of Reality*, New York, The Free Press.
- TRAQUINA, N. (2014): *Teorias do Jornalismo. Por que as notícias são como são*, Florianópolis, Insular.
- THOMPSON, J. B. (1998): *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Petrópolis, Vozes.
- VASCONCELLOS, E. A. (2013): *Mobilidade Urbana. O Que Você Precisa Saber*, livro eletrônico. São Paulo, Companhia das Letras.
- WOLTON, D. (1999): *Sobre la comunicación*, Madrid, Acento Editorial.

O jornalista nas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas: contribuição para a construção do Pensamento Jornalístico Português

The journalist at the publications of Sindicato Nacional dos Jornalistas: contributions to the construction of the Portuguese Journalistic Thought

26

Patrícia Oliveira Teixeira (Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital (CIC.Digital) - pólo FCSH/NOVA)

patriciaoliveirateixeira@gmail.com

Resumo: Este trabalho teve por objetivo descrever, através de uma análise qualitativa do discurso, os conteúdos sobre jornalistas publicados no *Boletim* (1941-1945) e em *Jornalismo* (1967-1971), as duas publicações do Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), vindas a lume durante o regime do Estado Novo, determinando: (1) de que forma nestes boletins se falou sobre os jornalistas, numa altura em que a censura "atuava" sobre tudo aquilo que era publicado no país; e (2) quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente no *Boletim* e em *Jornalismo*, sobre os jornalistas. Concluiu-se que os redatores destes periódicos sindicais procuraram traçar as fronteiras conceptuais da profissão de jornalista e lutaram, simbolicamente, para demonstrar a dificuldade e o poder da profissão, como forma de a dignificar. Preocuparam-se, também, com a afirmação na sociedade deste profissional, de modo a reforçar a identidade da classe, e como eventual base para reivindicações de melhores condições para o exercício profissional.

Palavras-chave: História do jornalismo; publicações jornalísticas; sindicalismo jornalístico; Portugal; Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Abstract: This study aimed to describe, through a qualitative analysis of the speech, the contents about journalists, published in *Boletim* (1941-1945) and *Jornalismo* (1967-1971), the two publications of the Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ), published during the regimen of the Estado Novo, determining: (1) how, in these bulletins, they spoke about the journalists, in a time when censorship "acted" upon everything that was published in the country, and (2) what the symbolic frameworks discursively constructed in *Boletim* and in *Jornalismo* about journalists. It concluded that the writers of these syndical periodics tried to draw the conceptual boundaries of the journalism profession and fought, symbolically, to demonstrate the difficulty and power of the profession as a form of dignifying it. They worried, also, with the affirmation

of this professional in the society, in order to strengthen the identity of the class, and as a possible basis for demands for better conditions for professional practice/exercise.

Key-words: Journalism history; journalistic publications; journalistic syndicalism; Portugal; Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Introdução

O Sindicato Nacional dos Jornalistas (SNJ) foi instituído em 1934 e veio dotar a classe jornalística portuguesa de um organismo sindical com relativa representação, pese embora a sujeição a que a corporação ainda tinha de se submeter, devido aos constrangimentos à liberdade de imprensa impostos pelo regime ditatorial em vigor. No entanto, já antes se haviam registado algumas tentativas de agregação por parte dos jornalistas portugueses (ou daqueles que se consideravam como tal), em organizações profissionais e mesmo num sindicato, mas, a partir do momento em que nasceu, o SNJ passou a ser a única entidade representativa da corporação permitida pelo Governo (Cunha, 1941: 35-36).

Ao longo dos anos, o campo de ação do SNJ foi passando pela procura de cursos de formação profissional para a sua classe, pela luta pelos fins de previdência e, sempre, pela representação da classe dos jornalistas. Foram encetadas, por parte da corporação, tentativas para implementar um curso para jornalistas; criou-se a Carteira Profissional dos Jornalistas, sendo o Sindicato Nacional dos Jornalistas quem regulava e controlava a sua atribuição; transformou-se a Caixa de Reformas dos Jornalistas em Caixa de Previdência e abono de Família dos Jornalistas (CPAFJ) que, mais tarde, foi integrada no sistema geral de Previdência; entre outras conquistas (Sindicato Nacional dos Jornalistas).

Em maio de 1941, em plena ditadura salazarista do Estado Novo, publicou o seu primeiro boletim. Nesse mesmo ano, foram publicados mais quatro números e o quinto, e último, foi publicado em 1945 e dizia respeito aos anos de 1942 a 1945. Em 1967, numa altura em que o jornalismo assistia a uma modernização e atravessava uma fase de grandes mudanças, o SNJ começou a publicar *Jornalismo*, que viria substituir o antigo e extinto *Boletim* e que, de forma não contínua, se foi publicando até aos anos noventa, interessando, no entanto, para esta pesquisa, apenas os números saídos até 1971, contando-se um total de dezassete exemplares. *Boletim* e *Jornalismo* são, assim, objeto de estudo relevante para se compreenderem as idéias e sentimentos dos jornalistas portugueses, dos anos quarenta e de finais se sessenta, inícios de setenta. O objetivo geral desta pesquisa é apreciar os conteúdos do *Boletim* e de *Jornalismo*, prestando especial atenção ao enquadramento discursivo dado aos jornalistas e ao exercício da atividade jornalística, num contexto histórico marcado pela ditadura do Estado Novo e por transformações no modo de fazer e de conceber o jornalismo. Ou seja, pretende apurar-se *do*

que *falam* e *como falam* estas publicações, quando os jornalistas são o tema, o que pode consubstanciar-se nas seguintes perguntas orientadoras da pesquisa:

1) Quais os temas do discurso metajornalístico do *Boletim* e de *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional do jornalismo em Portugal, em plena ditadura do Estado Novo?

2) Quais os enquadramentos simbólicos construídos discursivamente pelo *Boletim* e por *Jornalismo* sobre os jornalistas e as condições do exercício profissional? Ou seja, como olharam os redatores do *Boletim* e de *Jornalismo* para eles próprios e para os seus camaradas de profissão, tendo em conta o contexto da época?

A hipótese a testar é a de que as publicações *Boletim* e *Jornalismo*, para além de, enquanto órgãos sindicais, terem atentado nos problemas e dilemas dos jornalistas e do jornalismo em Portugal, nos anos quarenta e em finais dos anos sessenta, início de setenta, também contribuíram para a teorização nacional do jornalismo, tendo, em particular, abordado alguns dos temas estruturantes do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974, como conjuntura jornalística e vida profissional (Sousa, coord. *et al*, 2010).

A apuração de dados qualitativos sobre o discurso do *Boletim* e de *Jornalismo*, conforme propõe Sousa (2006: 343-376), restringiu-se à inventariação, anotação e descrição dos principais enquadramentos discursivamente sugeridos para os jornalistas e para as condições de exercício da profissão e à tentativa de clarificação das intenções dos respetivos enunciadores. Lendo-se o periódico em causa, procuraram determinar-se e registar exemplos dos principais enquadramentos de sentido sugeridos para os assuntos identificados como centrais.

Os jornalistas no discurso do *Boletim*

Sobre os jornalistas, o que diz o *Boletim* do SNJ e que significados sugere para aquilo que diz? Primeiro, cumprindo a “obrigação” sindical, o *Boletim* apela à unidade dos jornalistas portugueses em prol da melhoria das condições “materiais e morais” (como então se dizia) da classe. No entanto, a questão sobre o que efetivamente caracterizaria um jornalista não tinha resposta unânime. Prova disso, Luís Teixeira reage, no *Boletim* do SNJ, a um artigo do escritor Júlio Dantas (publicado n’*O Primeiro de Janeiro* de 20 de fevereiro de 1945), sintomaticamente intitulado “Que é ser jornalista?”. No texto, Luís Teixeira refere que o jornalismo seria uma verdadeira profissão mas, ao mesmo tempo, nova o que causava alguma dificuldade na sua definição:

Que é ser jornalista? – pergunta o eminente escritor Sr. Dr. Júlio Dantas (...). E acrescenta: “toda a gente o sabe – dir-se-á. Não é tanto assim. Creio mesmo, que poucas profissões se apresentam tão difíceis de precisar quanto à natureza e ao âmbito da sua função.” (...)

É que o jornalismo, pode dizer-se, é uma profissão nova (...) e a sua regulamentação não atingiu ainda, em toda a parte, o mesmo grau de aperfeiçoamento e a mesma robustez de apetrechamento legal que a defesa (Teixeira, 1945: 135-141).

Um problema de sempre do jornalismo – profissional ou não – é o da relação com o público. Que relações os jornalistas devem estabelecer com ele? Joaquim Manso é de opinião que o jornalista deve pautar a sua ação por uma certa independência em relação aos gostos do leitor e trabalhar para lhe elevar o espírito. Porém, o autor também está seguro de que um jornal industrial, em concorrência, para sobreviver, tem de encontrar um ponto de equilíbrio entre esse desejo e os interesses e necessidades do público:

29

Existe um problema delicado – fundar, lançar e sustentar um jornal, com a intenção de não turvar as águas de que o povo bebe (...). Muito importa que o público não seja escravo do que lê nem o jornalista escravo do seu leitor: devem um ao outro atencões e mútuos respeitos. Entre a quantidade e qualidade convém saber escolher, de modo que, quando aumentam as tiragens e as receitas, isso não signifique que a matéria abafou o espírito (Manso, 1945: 270).

O exercício profissional do jornalismo, efetivamente, seria fonte de muitas incompreensões por parte do público. Às vezes, até consideraria o jornalismo uma “profissão de falhados”, como escreve José Ribeiro dos Santos, apesar de ser o jornalismo o “alimento espiritual” de muita gente:

Parece ser ideia por algumas pessoas assente e um tanto divulgada a de que o jornalismo é uma profissão de falhados. (...)

Em boa verdade, dentro de um jornal, um jornalista é apenas isto: uma peça dessa complicada máquina de cujo rigoroso funcionamento depende, em cada dia, o melhor ou pior alimento espiritual de muita gente – de quase toda a gente (Santos, 1941: 139).

Numa das muitas tentativas de persuadir os pares e o público da enorme dificuldade – mas também da enorme dignidade – da profissão de jornalista, Fernando Alberto Pimentel faz um “Elogio do jornalista”, num artigo originalmente publicado no diário *República*, a 7 de novembro de 1943, republicado pelo *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*. Nele, além de sugerir que ao jornalista são exigidas qualidades quase sobre-humanas e total devoção ao trabalho – incluindo aqui a luta pela *cacha* ou a possibilidade de ser morto ao exercer a sua profissão, o

autor também reconhece que o jornalista tem, ao fim de contas, um significativo poder simbólico sobre o público:

Ser jornalista, hoje em dia, representa ser um soldado. A responsabilidade actual sobre ele, e o seu dever tem de ser cumprido custe o custar, pois é absolutamente necessário que o grande público seja informado dia a dia do que se faz no mundo inteiro e essas informações não-de ser absolutamente concretas e claras. (...) O jornalista não pode basear-se em dúvidas, mas sim em certezas. (...) Tem que ser concreto e simples, pois deve atender a que aquilo que escreve é lido por pessoas das mais variadas capacidades mentais. Isso, sem dúvida alguma torna ainda mais difícil o árduo trabalho do jornalista. (...). Tem, necessariamente, de ser crítico e observador, pronto a ver aquilo que não é dito em linguagem corrente e que oculta qualquer coisa. (...). O sacrifício faz parte integrante do seu ser, porquanto não vive para si, mas para o grande público (...). Embora se tivesse melhorado a situação financeira do jornalista, ela ainda não corresponde à desejada recompensa que requer o trabalho intelectual, muito mais penoso e em que se consomem todas as energias do homem. (...) Entre as mais nobres missões a de jornalista é uma delas. Ao serviço do público, da grande informação, acedendo às necessidades da vida actual, durante a presente guerra, os soldados da imprensa têm tombado no campo de batalha ao lado dos seus irmãos combatentes. Esse sacrifício não é em vão, pois é preciso que a Imprensa seja sempre a primeira a levar ao conhecimento do grande público aquilo que se passa neste mundo devastado pelo mais terrível flagelo (Pimentel, 1945: 142-145)

Os jornalistas portugueses da década de quarenta lutavam, efetivamente, pela clarificação conceptual e pela dignificação da sua profissão, que, conforme escreve Pimentel (Pimentel, 1945: 143), impunha enormes responsabilidades. Isso torna-se patente nos discursos que sugerem ser o jornalismo uma profissão "superior", mesmo que não estivesse sujeita a formação específica:

E quem foi que nos orientou, esclareceu, informou, ventilou problemas que nos dizem respeito, se tornou o intérprete das nossas opiniões ou dos nossos clamores, trabalhou para nos ser prestável? Um homem que não é convenientemente apreciado – o jornalista.

Com efeito não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual

incomparável, o homem que escreve nos jornais não merece a essa gente a devida consideração (...).

O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental e nisso, como já foi acentuado, se pretende basear a inferioridade implícita, dado que o acesso dos postos que ele ocupa se alcança sem habilitações especiais. Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? (Garção, 1945: 8-9)

Mas ser-se jornalista – de *jornal*, bem entendido – não seria uma tarefa fácil. Um texto do então chefe da delegação do diário portuense *O Primeiro de Janeiro* em Lisboa, Manuel dos Santos, intitulado “O Jornalismo”, lembra que entre os jornalistas alguns triunfam, mas outros serão sempre figuras de segunda linha, por muito que todos sejam necessários para a missão crucial do jornalismo – fazer um jornal que fale dos aspetos visíveis e invisíveis da “vida” nas suas diferentes nuances, com respeito pelo público a que este se dirige. O jornalista fala, também, da redação do “artigo de fundo” que corresponderia, ao tempo, ao momento de consagração para vários jornalistas. No entanto, segundo Manuel dos Santos (1941), essa consagração seria mera ilusão e poderia até transformar-se em desilusão. O autor elogia, assim, as figuras de segundo plano do jornalismo, a “grei” dos jornalistas, os únicos que acabariam por se manter na profissão – uma profissão que, aliás, representaria, no fundo, mais “escravidão” do que “glória”:

Se o vulgo, em geral, não tem preocupações estéticas, ou se mesmo as ideias expandidas o não interessam, outros há porém, que vêm no jornal e na sua expansão uma maneira de se celebrizarem. Para estes o “fundo”, ou melhor ainda o grande acontecimento vistosamente enroupado de cores, emotivo, forte de expressão, torna-se sedutor, verdadeiramente sugestivo. Os sonhadores de glória julgam, na sua ilusão, poderem atingir por aquela via o que o seu sonho lhes dita. Puro engano! O certo é que muitos desses iludidos, em qualidades, caem nas redacções dos jornais para iniciar a carreira e a maioria deles saem como entraram, quando a triste realidade lhes mostra que, afinal, o interior está em desacordo com a fachada, que o jornalismo é uma canga, em vez de um colar de pedras preciosas. (...) Pertencentes à grei ficam por fim os mais fortes, os tenazes, os que acabam por vencer pelas qualidades, aqueles que, enredados, lá envelhecem, esperando a saída, que não encontram (Santos, 1941: 39-40).

Perante as incompreensões e sacrifícios que o jornalismo imporia aos seus profissionais, a falta de consideração e respeito que alguns teriam pela profissão era motivo de revolta. O jornalista brasileiro Ribeiro Couto (1941), por exemplo, critica, no *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas, a displicência com que alguns políticos usariam a expressão “rapazes de jornal”:

No contacto que tive (...) com o senado (...) (fazendo a reportagem parlamentar para a *Gazeta de Notícias*), ficou-me, entre muitas sensações agradáveis, uma sensação desagradável: a do costume que tinham os velhos políticos de se referirem aos jornalistas. Todos eles (...) diziam sempre:

– Esses rapazes de jornal...

A mim, bisonho naquele ambiente, essa designação genérica humilhava-me um pouco. Mesmo quando (...) o tom benévolo parecia significar:

– Esses sujeitos que passam fome e vivem atrás da gente para surpreender uma novidade e cometer uma infâmia (Couto, 1941: 81).

Os redatores do *Boletim* do SNJ procuraram transmitir a ideia de que o jornalismo era uma verdadeira profissão cujas fronteiras teriam de ser delimitadas, a exemplo do que sucede nas profissões liberais. Isso exigiu um esforço de conceptualização sobre *quem* poderia ser considerado profissional do jornalismo – indivíduos que exercessem permanentemente a profissão num diário ou numa agência noticiosa, como atividade principal, e fossem remunerados por isso.

A conceptualização da profissão empreendida pelos colaboradores do *Boletim* do Sindicato Nacional dos Jornalistas foi acompanhada por uma luta simbólica em prol da sua dignificação, quer perante os próprios jornalistas, quer perante terceiros. São assim frequentes, no periódico, os apelos à melhoria das condições materiais (salariais) e morais do exercício profissional bem como as sugestões de que o jornalismo é uma profissão difícil e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, como quaisquer seres humanos. Igualmente frequente nos textos dos redatores do *Boletim* do SNJ é o ponto de vista que atribui aos jornalistas qualidades incomuns de devoção e sacrifício.

Segundo os redatores de *Jornalismo*, dos jornalistas esperava-se uma enorme cultura geral, apesar de o jornalismo tender, já então, para a especialização. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Mas também se invoca a devoção patriótica à nação, ou melhor dizendo, ao nacionalismo salazarista e, neste sentido, parece que se procura admitir a possibilidade de o jornalismo ceder à propaganda.

Os jornalistas no discurso de *Jornalismo*

O discurso sobre os jornalistas ocupou grande parte das peças do boletim. A temática nunca se esgotou, o que só prova o quanto o debate sobre o assunto era importante para a classe.

Em 1967, o Sindicato organizou um conjunto de debates em “mesas redondas”, na sua sede, com o objetivo de analisar a situação do jornalista profissional português. Os próprios organizadores consideraram o tema proposto para estudo algo arrojado, mas útil, pois, entre outros objetivos, procurava elucidar a direção do Sindicato acerca do que pensava a classe sobre os problemas que se colocam à sua gestão e só por isso já era francamente positivo. Os orientadores das mesas foram César Afonso, que falou da formação profissional; Manuel de Azevedo, que se ocupou da posição social do jornalista; José Rodrigo Carneiro da Costa Carvalho, que analisou a posição do jornalista quanto ao domínio natural; e Leopoldo Nunes, que falou sobre deontologia profissional.

César Afonso começou por referir que o problema da formação profissional dos jornalistas deveria ser encarado sob o aspeto psicológico e sobre o aspeto pedagógico. O jornalista salientou que sua a profissão tinha muitos espinhos e que estava longe de “corresponder à auréola de que o público a rodeia, imaginando-a uma profissão privilegiada”. Completa César Afonso:

Essa auréola é antes uma coroa de espinhos, porque faltam infelizmente aos jornalistas as condições necessárias para poderem exercer a sua actividade. (...)

O jornalista, para estar à altura das suas responsabilidades, não pode descurar o estudo dos problemas que tem de versar; daí a necessidade de uma permanente actualização e valorização, para poder responder às crescentes exigências profissionais. A sobrecarga de trabalho por falta de conveniente compensação e de estímulos, dentro das empresas jornalísticas, obriga os profissionais a uma dispersão prejudicial para eles como para os jornais (Afonso, 1967: 9-10)

O jornalista acrescentou, relativamente ao segundo aspeto, o pedagógico, que, ao contrário do que era a opinião generalizada, era difícil ser-se jornalista, não bastando, para tal, uma cultura de base, mas também uma especialização.

Manuel de Azevedo (1967: 10), na sua exposição, referiu que este tipo de iniciativa permitia “o diálogo aberto, metódico e sistemático sobre problemas da profissão” e que seria importante que toda a classe tirasse dela proveito, porque “uma classe como a nossa não pode viver de ficções, na medida em que é uma realidade. Os problemas que nos dizem respeito terão de ser analisados por todos nós, se queremos encontrar as melhores soluções e, sobretudo, as *soluções possíveis*.” (1967: 10).

Convidado a falar sobre a posição social dos jornalistas, refere que esta tem sido variável ao longo dos tempos, mas que dependeria sempre, em primeiro lugar, de si mesmo e das suas qualidades morais, intelectuais e profissionais. Depois, dependeria, também do prestígio da

imprensa em que trabalha, do público a que se dirige, da audiência de que disponha, da maior ou menor possibilidade de revelar-se. O autor fala, ainda, da industrialização dos meios de informação e do trabalho que falta fazer para elevar a posição social do jornalista.

Com a industrialização dos meios de informação, (...), a Imprensa sofreu profunda evolução (...). De qualquer forma, assistimos à progressiva profissionalização da actividade jornalística. Mas, como quase não tínhamos jornalistas profissionais, estes foram sendo recrutados para as tarefas menores e mais penosas do jornal (...).

Todos nós conhecemos exemplos de profissionais dedicados, competentes e entusiastas nas suas tarefas que não só morreram pobríssimos, como viveram ignorados dos seus próprios leitores! (...) A posição social do jornalista dependerá, embora não exclusivamente, da sua preparação cultural e profissional, da sua capacidade intelectual, das suas virtualidades técnicas e do grau de consciência com que serve o público. Dependerá da proporção de humildade e de grandeza que saiba pôr na informação e explicação dos acontecimentos. Dependerá, fundamentalmente, da sua personalidade. (...)

Esta é uma tarefa de toda a classe. Tem de trabalhar para se valorizar a si mesma e, sobretudo, ser exigente para os novos. Quanto mais alto for o nível a que se fizer o recrutamento dos profissionais, quantas mais exigências se fizerem na admissão dos novos jornalistas, mais estaremos a contribuir para a ascensão social da profissão (Azevedo, 1967: 11).

Manuel de Azevedo procura, ainda, mostrar que a ascensão social do jornalista será tanto maior quanto mais este for um profissional responsável e só assim é que poderá conseguir-se o reconhecimento e posição social para toda a classe, não como um "privilégio imerecido" mas como um "reconhecimento justo dos direitos devidos a uma função de utilidade pública" (Azevedo, 1967: 11).

Ainda sobre o jornalista e sobre o seu papel na sociedade e na formação de uma opinião pública, diz o autor que este tem responsabilidades várias e que, servindo o público, cumpre-as:

Mas cada jornalista servirá melhor a empresa em que trabalha na medida em que melhor servir o público, em toda a sua liberdade de consciência moral e profissional. (...)

O jornal tende a ser, portanto, e cada vez mais, o auxiliar indispensável de consciência da opinião pública. Quanto mais esclarecida for a opinião do jornalista, mais prestígio e bom conceito obterá junto do público (...).

Constituindo, portanto, uma classe com crescentes responsabilidades culturais, sociais e morais, os jornalistas deverão reclamar as condições adequadas, não só às suas necessidades vitais mas, também, de acordo com as suas necessidades específicas. (...)

Portanto, é servindo o público que o jornalista digno desse nome se serve a si próprio (Azevedo, 1967: 12).

O jornalista, através deste texto, mostra, então, que é justo e importante que o profissional da imprensa procure elevar a sua posição social, pois só desse modo tornará útil a sua intervenção na sociedade. Para o conseguir, deve procurar elevar o seu nível técnico e profissional e procurar, também, servir com isenção e honestidade a comunidade em que se insere.

Costa Carvalho (1967) teve a tarefa de discursar acerca da situação material da classe, uma das principais causas de descontentamento entre os jornalistas, uma vez que, em termos de remunerações, contratos de trabalho e previdência social a opinião praticamente geral era de que se estava longe de atingir alguma justiça e equidade. O autor refere que "o que, em matéria de remunerações, a classe já conseguiu pode não corresponder às exigências do momento, mas favoreceu a aproximação de concretizações futuras" (Carvalho, 1967: 13) e que "a missão do Sindicato (...) será a de um conseguimento unitário e não seccionado, com apoio e aplauso às iniciativas patronais (...)" (Ibid: 13). Porém, refere também que lhe parece que "o Sindicato não estará em condições de conseguir tão-somente pela influência educativa sobre os seus membros, que os estímulos sociais adequados sejam suficientes e que se prescindia da coacção." (Ibid: 13).

No fundo, o jornalista assevera que a classe merece alcançar o bem-estar económico e social "que de imediato acabará por favorecer quem o proporcionar" (Ibid: 13), apesar de, na maioria dos casos conhecidos, isso não se estar a verificar: "(...) não poderá dizer-se que se tenha atendido à especificação de salários capazes de nos porem a coberto da evolução contínua dos fenómenos económicos. Jogou-se e continua a jogar-se com os mínimos" (Ibid: 13).

Costa Carvalho defende, também, para a sua classe o direito a receber "assistência clínica, hospitalar, e abono de família" (Ibid: 14) pois, em termos de previdência social, pouco mais tinham que a Caixa de Reformas. E vai mais longe ao enumerar as dificuldades por que passam os jornalistas, ao afirmar que "nem sempre o colaborador é visto como um consumidor, mas sim como um produtor, um concorrente a quem importa minorar os ganhos e aumentar as despesas." (Ibid: 14). Perante esta situação, "alguns camaradas [vêem-se] na contingência de recorrer à acumulação de empregos, nem sempre afins ou complementares." (Ibid: 14).

Para este jornalista, o Sindicato deveria sempre zelar pelos direitos dos seus associados, procurando um aumento dos vencimentos, pois os valores que se praticavam na época estavam "unanimente muito desactualizados" (Ibid: 14). Este aumento vai conter a acumulação de

empregos, que se considerada “prejudicial ao bom exercício da profissão” (Ibid: 14), pois estorva aquela que deve ser a principal ocupação do jornalista, o jornalismo. Se, no entanto, for realmente necessária uma acumulação de empregos, o profissional deve procurar que este esteja relacionado com a imprensa. Mas, acima de tudo, “o baixo nível de remunerações não serve de desculpa para a inobservância dos deveres básicos da profissão e o Sindicato deve agir vigorosamente, e, se necessário, expulsar da profissão os jornalistas que porventura menosprezem esses deveres.” (Ibid: 14).

Norberto Lopes (1967), um dos jornalistas mais conceituados da sua época, também colaborou em *Jornalismo*, debatendo a questão da profissão de jornalista, no que esta tem de melhor e pior. Num texto cujo título reflete exatamente aquilo que o seu autor pretendeu fazer (dar “Uma Lição de Jornalismo”), podem obter-se diversos ensinamentos: Explicava Norberto Lopes, entre outras coisas, que muito do que um jornalista sabia aprendia na redação com o trabalho prático lá realizado, não excluindo, no entanto, a necessidade de uma escola de jornalistas:

Com efeito, entre nós (...) não há nenhuma escola que habilite para a profissão de jornalista e não são raros aqueles que conseguem ser admitidos sem ter a menor preparação para tal. (...) Em boa verdade, (...) as verdadeiras escolas de jornalistas foram sempre os próprios jornais, o que não quer dizer que deixe de se reconhecer a vantagem, até mesmo a necessidade, de as instituir. (...)

Outro conceito geralmente aceite é o de que o jornalismo conduz às melhores situações, com a condição de o abandonar a tempo. Aqueles que assim procedem não são, verdadeiramente, jornalistas, porque, se o fossem, teriam criado maior amor à profissão e não desertariam facilmente das fileiras. Há, evidentemente, jornalistas que, em vez de a servirem, se servem dela em proveito próprio, pondo a sua actividade ao serviço de funções mais ou menos respeitáveis mas sempre mais rendosas. E há também aqueles que têm aspirações legítimas e saem do jornalismo, aonde foram buscar experiência, relações e conhecimentos que lhes hão-de ser úteis, para ingressar noutras carreiras, como a diplomacia, a política, a alta finança, a administração privada, ocupando lugares onde a sua inteligência e a sua competência encontram compensações morais diferentes e compensações materiais que o jornalismo nunca lhes poderia dar (Lopes, 1967: 4).

O autor refere ainda que ser jornalista é aliciante e exige muita responsabilidade, embora seja uma profissão em que os proventos costumam ser poucos, o que leva a que alguns dos profissionais se sujeitem a pressões externas para servir “outros interesses” que não o de praticar uma informação isenta e imparcial.

Trata-se na verdade, de uma profissão aliciante, de uma profissão que nem todos compreendem, que alguns invejam e que muitos caluniam. Um jornalista é considerado uma pessoa indiscreta e inconveniente, lisonjeado por aqueles que se servem dele para alcançar os seus fins, mas detestado por aqueles que a sua pena justa ou injusta não poupa a uma crítica acerada. Desvirtuados os seus propósitos honestos, e temidos por aqueles que não têm a consciência tranquila, (...) sofrem por um lado a incompreensão de muitos e por outro lado a desconfiança de alguns. Trata-se, na verdade, de uma profissão em que os proventos são poucos e as responsabilidades são grandes. (...) Claro que também há jornalistas menos honestos ou menos responsáveis. (...) Há penas que se põem ao serviço de interesses inconfessáveis e mesmo de interesses políticos, hipotecando a sua opinião a um traficante ou a um regime. Os primeiros abdicam da sua dignidade e os segundos da sua independência, que constituem as duas maiores virtudes de um jornalista e os predicados essenciais para o regular exercício da profissão (Lopes, 1967: 4).

O jornalista Costa Carvalho (1970) colaborou de forma assídua com o boletim. Num dos artigos que escreveu, falou sobre o jornalista, apelidando-o de "homem de carne e osso" (Carvalho, 1970: 4). Esclarece quem é ou o que é, para si, o jornalista, declarando que este é um indivíduo que se realiza a ser jornalista.

O jornalista. Ser jornalista. Parecendo uma repetição pleonástica, o jornalista e o ser jornalista envolvem ideias diferentes. No primeiro dos dois conceitos, está quase exclusivamente o indivíduo; no segundo, a maneira como ele se realiza. (...)

O que é, pois, um jornalista? (...) o jornalista é aquele que nasce como tal, remontando com escandalosa sem-cerimónia às insondáveis origens das coisas e das pessoas. Para esses, portanto, jornalista é aquele; é e sempre foi. Não se faz. Eu diria que, em boa verdade, o jornalista nasce, mas para ser feito. (...)

Mas o que é, afinal, o jornalista? O sujeito activo da estrutura da informação? O simples exercitador privado de uma função pública? Um mero executor da comunicação indirecta?

Antes de tudo e acima de tudo, o jornalista é, como diria Unamuno, um "homem de carne e osso – o que nasce, sofre e morre – sobretudo morre – o que come, e bebe, e joga, e dorme, e pensa, e quer, o homem que se vê e a quem se ouve, o irmão, o verdadeiro irmão" (Carvalho, 1970: 14).

Ainda sobre o jornalista, Costa Carvalho recomenda força e união à classe, pois seria a melhor maneira de os jornalistas dignificarem a profissão, enquanto partilha o que, para si, é um jornalista digno desse nome, ao mesmo tempo que aborda o tema do ensino do jornalismo:

É isto que eu considero a religião do jornalista – tolerar para compreender, compreender para admirar, admirar para ser livre, ser livre para informar. (...)

Só o jornalista português ainda não descobriu que tem de ser a força legal da sua universidade a conferir-lhe um direito inalienável e não a ser investidos pelas empresas em funções que também ela causa a bel-prazer e aparentemente sobre pressões, como agora se convencionou dizer para mascarar faltas de coragem e personalidade. (...)

As nações têm os governos que merecem; os jornalistas o demérito que se consente. (...)

“Um jornalista digno desse nome”

- Assume a responsabilidade dos seus escritos;
- Considera a calúnia, as acusações sem provas, a falsificação de documentos, a deformação de factos, a mentira, as mais graves faltas profissionais;
- Não reconhece senão a jurisdição dos seus pares, soberano em matéria de honra profissional;
- Não aceita tarefas incompatíveis com a sua dignidade profissional;
- Exime-se de invocar um título ou uma qualidade imaginários, de servir-se de meios desleais, para obter uma informação ou defraudar a boa-fé seja de quem for;
- Não aceita dinheiro de particulares ou entidades públicas para que a sua qualidade de jornalista, suas influências e relações não sejam susceptíveis de exploração;
- Não assina artigos de propaganda comercial ou financeira;
- Não comete plágios;
- Cita os camaradas dos quais reproduziu qualquer texto;
- Não solicita o serviço destinado um camarada, não provoca competências oferecendo-se para trabalhar em condições inferiores;
- Respeita o sigilo profissional;
- Não se serve da liberdade da Imprensa com intenções reservadas;
- Reivindica a liberdade de publicar honestamente as suas informações;
- Não confunde a sua missão com a de um polícia (Carvalho, 1970: 14).

Deve, talvez, em jeito de consideração, reconhecer-se que, em *Jornalismo*, a discussão sobre uma maior dignificação da profissão, fosse essa dignificação de ordem moral, social, material, ou outra, não se esgotava. Os redatores do boletim esforçaram-se por debater o assunto, dando

voz a uma classe que precisava de acreditar em si mesma e na utilidade pública da sua profissão para que também os outros acreditassem. Assim, alguns dos textos publicados apelam à melhoria das condições materiais (salariais), morais e sociais do exercício profissionais.

Outros textos sugerem que o jornalismo é uma profissão difícil, mais ainda, perigosa e, às vezes, incompreendida, até porque os jornalistas estão sujeitos a erros, uma vez que, como qualquer ser humano, são feitos de carne e osso. Mesmo assim, esperava-se deles uma formação acima da média e uma enorme cultura geral. Tendo em conta a influência social do jornalismo, exigia-se-lhes o cultivo de valores profissionais e o desenvolvimento de uma ética de responsabilidade nas relações com o público. Sugeria-se, nesse campo, por exemplo, o respeito pela verdade e pela neutralidade.

Como publicação destinada a jornalistas, o boletim *Jornalismo* figurava como um palco onde se poderiam encenar opiniões, contributos e ecos que solidificassem a profissão. O discurso da publicação fazia-se a pensar no presente e no futuro da profissão (sem deixar de apresentar a história que a trouxe até ali) de modo a apontar caminhos seguros que dignificassem de vez os profissionais da imprensa.

Considerações finais

Lendo-se as publicações do Sindicato Nacional do Jornalistas, o *Boletim*, da primeira metade da década de quarenta, e *Jornalismo*, nomeadamente os números publicados entre finais dos anos sessenta e inícios de setenta, percebe-se que um dos grandes assuntos que preocupava o SNJ era a sua própria profissão. Assim, como primeira consideração final, pode afirmar-se que, em ambas as publicações, os seus redatores pugnaram por uma maior elevação e por uma afirmação da profissão jornalista.

O Sindicato Nacional dos Jornalistas teve, no início dos anos quarenta, uma importante ação para a dignificação da profissão e para a definição conceptual da sua natureza e de quem poderia ser efetivamente considerado jornalista. O SNJ procurou, sobretudo, traçar uma fronteira – talvez algo elitista – entre os profissionais, a quem eram outorgados os deveres e os direitos fixados pela lei e pelos acordos corporativos, e os amadores, que por escreverem em jornais se consideravam a si mesmos jornalistas. Tendo o *Boletim* do SNJ em consideração, é correto afirmar, aliás, que as energias dos jornalistas profissionais portugueses através do SNJ foram mais canalizadas, nos alvares da década de quarenta do século passado, para a melhoria do seu estatuto profissional, e em especial da sua condição socioeconómica, do que para o combate em prol da recuperação das liberdades cívicas, nomeadamente da liberdade de imprensa.

Já na época da publicação de *Jornalismo*, entre 1967 e 1971, nota-se que os seus colaboradores procuraram, entre outras coisas, transmitir a idéia (tanto para si mesmos, como para os outros) de que o jornalismo era uma profissão digna e merecedora de elevado estatuto, quer pela função que desempenhava na sociedade, quer pelas responsabilidades (morais, culturais, sociais) que

os seus profissionais enfrentavam nessa mesma comunidade. Ao mesmo tempo, é correto afirmar que os jornalistas portugueses da época referida se bateram por uma melhoria do seu estatuto profissional e das condições socioeconómicas, alegando, frequentemente, a necessidade de aumentos salariais de modo a fazer corresponder aquilo que auferiam com aquela que era a realidade da profissão que desempenhavam: uma profissão dura, difícil, perigosa, às vezes, incompreendida e até mal vista. Os jornalistas costumavam mesmo apregoar que eram possuidores de qualidades incomuns de devoção e sacrifício à profissão. Os jornalistas portugueses pugnaram, também, por uma formação adequada, que lhes permitisse, se necessário, a especialização num determinado ramo do jornalismo e/ou a constante atualização (ou reforço) dos conhecimentos, tão necessários para uma boa execução das tarefas jornalísticas.

É possível, também, concluir que o discurso adotado pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas no *Boletim* e em *Jornalismo* é predominantemente informativo e moderado, com pretensão de esclarecimento das suas ações e não de incitamento à luta sindical ou ao combate contra as empresas jornalísticas.

No que respeita à contribuição dos jornalistas portugueses da primeira metade da década de quarenta do século passado e de finais dos anos sessenta, princípios de setenta, para a construção do Pensamento Jornalístico Português, pode dizer-se que eles se preocuparam em dar respostas a questões relevantes para a conceptualização da profissão: Quem somos? O que é e o que faz um jornalista? O jornalismo é “verdadeiramente” uma profissão? Que tipo de profissão? Será o jornalismo uma profissão liberal? Quem “verdadeiramente” é jornalista? De onde vimos? De onde surgiu o jornalismo e como é que a história o conduziu aos dias de hoje? Precisamos de formação para sermos jornalistas? Se sim, que tipo de formação deveremos ter? As respostas a essas e outras questões relevantes para o imaginário e para a identidade profissionais nem sempre foram consonantes, mas foram, normalmente, pertinentes. Sobretudo, elas dão uma panorâmica do que pensavam os jornalistas portugueses das épocas em questão sobre a sua profissão, daquilo em que estavam unidos e daquilo que os desunia. Portanto, como terceira consideração final, é possível aceitar a hipótese colocada na introdução, pois o *Boletim* do SNJ um dos temas que, de acordo com Sousa (coord.) *et al.* (2010), é tema estruturante do Pensamento Jornalístico Português anterior a 1974: conjuntura jornalística e vida profissional (englobando-se aqui, nomeadamente, as relevantes questões da delimitação das fronteiras do jornalismo profissional e da natureza do jornalismo).

Referências bibliográficas

- AFONSO, C. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 9-10.
- AZEVEDO, M. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 10-12.

- CARVALHO, C. (1967): A situação do jornalista profissional português. *Jornalismo*, n.º 3, p. 13-14.
- CARVALHO, C. (1970): Jornalista: Homem de Carne e Osso. *Jornalismo*, 2.ª série, n.º 1, p. 14-17.
- CUNHA, A. (1941): Jornalismo nacional. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Separata do *Boletim*, n.º 2.
- GARÇÃO, P.M. (1945): Missão e projecção do jornalismo na nossa terra. *Boletim*, n.º 5, p. 7-11.
- LOPES, N. (1967): Uma lição de Jornalismo. *Jornalismo*, n.º 5, p. 4-6.
- MANSO, J. (1945): O jornalismo. *Boletim*, n.º 5, p. 269-273.
- PIMENTEL, F.A. (1945): Elogio do jornalista. *Boletim*, n.º 5, p. 142-145.
- SANTOS, J.R. (1941): Da profissão. *Boletim*, n.º 4, p. 139-141.
- SANTOS, M. (1941): O jornalismo. *Boletim*, n.º 1, p. 39-40.
- SOUSA, J.P. (2006): *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2ª edição revista e ampliada, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SOUSA, J.P. (coord.) et al. (2010): *O pensamento jornalístico português: Das Origens a Abril de 1974*. 2 volumes, Covilhã, Livros LabCom.
- TEIXEIRA, L. (1945): O que é ser jornalista? *Boletim*, n.º 5, p. 135-141.

Nostalgia ou tradição renovada? A memória do tempo passado na sociedade contemporânea. A comunicação e o resgate de símbolos nostálgicos em períodos de incerteza

Nostalgia or renewed tradition? The memory of time spent in contemporary society. Communication and retrieval of nostalgic symbols in periods of uncertainty

Renato de Almeida Vieira e Silva (Faculdades Integradas Rio Branco)

renato-e@uol.com.br

Resumo: O objetivo desse artigo é propor uma reflexão sobre o desejo de retorno a um passado estável, por vezes idealizado, na sociedade contemporânea, por meio do resgate de costumes, hábitos, símbolos e referências conhecidas, nos mais diferentes campos da vida social. Tem como mote a imprevisibilidade das relações e suas infinitas possibilidades, o que torna a retrovisão uma solução confortável para os dilemas cotidianos e para a falta de perspectivas que o futuro incerto nos reserva ou nos apresenta. Toma por base as rápidas mudanças no comportamento social em razão da globalização, do impacto das novas tecnologias, do hiato ascendente entre a formação dos indivíduos e a realidade social, da perda de referências e da ausência de ancoragem, além do renascimento de discursos que colocam os valores do passado na ordem do dia. Traz como recorte dessa incursão no tempo a exposição midiática da realeza monárquica como forma de estabelecer pontes entre o passado conhecido e o presente que se impõe.

Palavras-chave: Nostalgia; Sociedade Contemporânea; Imaginário; Futuro; Realeza na Mídia.

Abstract: The purpose of this article is to propose a reflection on the desire to return to a stable, sometimes idealized past in contemporary society, through the recovery of customs, habits, symbols and references known in the most different fields of social life. Its motto is the unpredictability of relationships and their infinite possibilities, which makes retrospect a comfortable solution to the daily dilemmas and the lack of perspectives that the uncertain future holds or presents to us.

It is based on rapid changes in social behavior due to globalization, the impact of new technologies, the rising gap between the formation of individuals and social reality, the loss of references and the absence of anchoring, and the rebirth of discourses that place the values of the past on the agenda. It brings as a cut of this incursion in time the mediatic exposition of

monarchical royalty as a way of establishing the harmony between the known past and the present that imposes itself.

Key-words: Nostalgia; Contemporary Society; Imaginary; Future; Royalty in the Media.

Introdução: A nostalgia de nosso, de todos os tempos

"O resgate do tempo é uma abstração ou construção imaginária que historicamente tomamos em conta quando nos vemos diante da incerteza do desconhecido, o qual nos rouba a noção de perspectiva de vida e da projeção que fazemos de nós mesmos e do mundo que nos cerca." –

Renato de Almeida Vieira e Silva

A nostalgia, tal como comumente a conhecemos, apresenta-nos a visão de um retorno quase impulsivo àquilo que se considera reacionário ou conservador diante do receio provocado pela perspectiva do presente incerto e do futuro idealizado que se avizinha. Por outro lado, pode-se mostrar, a depender do contexto em que se observa, como algo criativo, avançado e um exercício de como estabelecer pontes entre o objeto conhecido e o objeto a ser desenvolvido. O conceito de nostalgia historicamente traz consigo a noção de volta à terra natal sobre a qual guardamos um sentimento familiar de pesar pela distância ou pela perda, que no caso brasileiro, poderíamos também denominar pelo uso da expressão saudade de um local ou de um tempo vivido. Misturam-se, nesse caso, as diversas características histórico-geográficas-culturais sobre as quais nos debruçamos no jogo da memória, trazendo à tona às vezes algum sofrimento ou pesar, que habitam os inconscientes individuais e coletivos.

A nostalgia é também manifestada de forma literária, quando idealizamos em prosa e verso o mundo no qual gostaríamos de viver, tal como nos mostra o trecho do poema do escritor brasileiro Manuel Bandeira (2013: 15), "Vou-me embora pra Pasárgada, lá sou amigo do rei. Lá tenho a mulher que eu quero, na cama que escolherei". Constrói-se, por esse caminho poético, um significado quase idílico do saudoso território imaginário cujo conforto e prazer são evidentes na satisfação de quem nele vive.

O termo nostalgia também embute significados mais amplos, que se espalham por vieses psicológicos, metafóricos e idealizados, tal como vimos na poesia de Bandeira, externando lugares paradisíacos, tempos bons que não voltam mais ou desejos recorrentes que não foram ou talvez não possam ser cumpridos e materializados. Traz igualmente sentimentos individuais e coletivos compartilhados como se essa condição nostálgica desenvolvesse uma sensação de continuidade em um ambiente de transformação e inquietude. Sob esses aspectos, o passado torna-se algo consolidado, vivenciado, compreensível, diminuindo a percepção de fragmentação

de um presente dividido, incerto e inseguro sobre o qual nos debruçamos. Olhar para trás é, portanto, um gesto de defesa e busca por ajuda, mais alinhado como um contraponto à realidade e um refúgio às fraturas existenciais presenteístas.

A nostalgia sugere do mesmo modo fortes componentes emocionais por lidar com a satisfação pessoal e coletiva ao provocar reações e sentimentos sobre fatos considerados como rupturas aos vínculos até então existentes, transformadas ou elevadas à condição de perdas e mal-estar. Por outro lado, pode proporcionar o efeito contrário, encorajando à tomada de decisões ou de ações diante do inevitável confronto entre a idealização da existência e a realidade tal como se apresenta. Ou seja, um misto de razão e de emoção que pode levar indivíduos ou grupos a enveredar pelos caminhos da mudança e da fuga ao lugar comum numa estratégia de encorajamento ao implementar ações políticas e sociais mais amplas.

Há quem afirme, no entanto, que esse recuo no tempo se traduz numa espécie de resgate de tempos mortos. Augusto Comte (1976: 172), criador da doutrina positivista, afirmou que "os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos; tal é a lei fundamental da ordem humana". Se observarmos a América Latina, tomando como recorte as práticas políticas, podemos revisitar a frase de Comte e confirmar a submissão dos vivos à influência dos mortos, em figuras históricas habitualmente citadas nos discursos de campanha, tais como Getúlio Vargas, Juan Domingo Perón e mais recentemente, Simon Bolívar. Lá estão eles a servir de exemplo para as práticas presentes e servir de base à construção do futuro das atuais gerações. Encontramos também processos de construção, reconstrução e desconstrução da herança ancestral ao vincular o passado nostálgico à memória e à identidade nacionais, como um patrimônio moldado pelas forças políticas, ideológicas e econômicas presentes nos mais diversos setores da sociedade, que procuram por meio da referência longínqua manter seus interesses de poder. Isso de alguma forma representa a construção de certa hegemonia na formação de um senso comum cujo pilar se encontra no passado. Para tanto recorre-se aos registros históricos, aos objetos materiais conhecidos e aos lugares que devem ser preservados e reverenciados como um legado às futuras gerações.

Por outro lado, quando vivenciamos momentos de muita incerteza buscamos arduamente referências do passado sobre as quais julgamos terem sido período mais felizes, até certo ponto previsíveis e que nos remetem a uma zona de conforto e bem-estar. Por esse caminho somos levados a uma incursão interior cujo alicerce é cimentado pela emoção de revisitarmos o que nos anima, mesmo que desprovido do contexto de época que deu origem àquela memória ou à imagem cultivada. Esse recorte permite estabelecer conexões entre o fato remoto e o presente, minimizando impactos das projeções incertas sobre o futuro, dando-nos a sensação de alívio, mesmo que momentâneo, diante do imponderável, do duvidoso ou do incerto que a própria dinâmica da vida nos submete.

Dada à complexidade com que o jogo da vida nos afronta diuturnamente, buscamos no referencial já experimentado, previsível, por vezes romântico, um elo de nos aproximar do jogo cheio de percalços, de esforço quase olímpico, com o qual o cotidiano nos brinda e cuja imprevisibilidade nos assombra. Bauman (2017: 59) assinala que é possível não sermos bem-sucedidos nessa busca por imaginar “um mundo melhor do que aquele que alcançamos” o que, por consequência, torna a nostalgia uma condição moderna incurável” desse início de século e dentro de um cenário que se mostra sombrio.

Como destaca Sergio Abranches (2017: 47), “é fácil ver que o presente, a transição, é dominante nessa combinação de tempos, na qual o passado recente ainda repercute com vigor. O futuro só está visível na iminência de tornar-se presente-passado, mas não na perspectiva futuro-futuro”. O momento histórico atual sugere estar parado, onde a história aguarda uma direção mais clara. Mas de fato o mundo não para de mudar sinalizando grandes transformações nos mais variados campos do conhecimento humano e nas relações sociais.

Bauman (2017: 51), por sua vez, reforça e sinaliza que o século atual se distingue do anterior pois há um interregno ou uma lacuna no processo de mudança. Os movimentos se situam em outra dimensão, de maneira errática e novas formas substituem as mais antigas em maior velocidade, sem que tenhamos tempo de absorver essas superposições e contrastes, na aceleração dos acontecimentos, o que pode ocasionar crises individuais e coletivas. O mundo disruptivo e incerto ganhou intensidade nunca observada, levando-nos a um contexto de maiores desafios existenciais e, portanto, de respostas pouco precisas.

Naturalmente somos levados a uma navegação sem cartas náuticas de apoio, como se o percurso traçado nos levasse a territórios desconhecidos. Há o forte receio consciente de desalento convivendo com o desejo inconsciente para que tudo dê certo. O roteiro é a viagem ao obscuro mundo daquilo que não se apresenta claro, previsível e, portanto, sujeito aos percalços que podemos enfrentar no caminho.

Tudo parece contraditório e ao mesmo tempo dinâmico, sem sabermos se dará ou não certo. Assim, o conforto pode surgir daquilo que Bauman (2017: 112) denominou de Retrotopia, que significa o desejo do resgate do passado estável e não de um futuro incerto. Representa o oposto da Utopia, cujo sentido se dirige à perspectiva de futuro e do ideal longínquo, em contraponto com a corrente realista que se direciona ao tempo presente. Estamos diante de uma construção de convivência social pela qual transitam de forma ambígua sentimentos antagônicos e ao mesmo tempo motivadores de novos comportamentos e visões do mundo. Esse é o cenário de nosso tempo: passado e presente se mesclam por meio da expressão de valores tradicionais, conhecidos e ressignificados em razão da segurança nas relações estabelecidas, por não enxergarmos um mundo melhor além daquele velho e experimentado conhecido.

Os contrastes do tempo e do espaço – a realidade como sobreposição do passado, do presente e do futuro sem fronteiras estabelecidas

Enquanto que a expressão saudade, na língua portuguesa, assume características e sentimentos pessoais em relação às pessoas e aos lugares com os quais nos identificamos e estamos afastados, a nostalgia mostra-se mais abrangente, mesclando pessoas, locais, épocas, contextos, experiências, vivências, referências e ritmos de um tempo que não mais retorna e que ousa assumir acelerada velocidade.

A nostalgia assume assim um caráter de resgate simbólico de um tempo vivenciado ou não, que se assemelha ao reflexo do que gostaríamos de realizar no presente, sem necessariamente nos situar em um retorno ao passado longínquo, porém em um ritmo de inflexão menos acelerado, atemporal e de lugares não definidos.

Há, portanto, um olhar de retrospectiva e de perspectiva simultaneamente nessa forma de ver, de pensar e de situar-se no mundo, como se o reinventar das tradições, encontrasse nos planos individual e coletivo o alicerce para a construção de sonhos e desejos contemporâneos. A zona de fronteira entre passado e futuro deixa de existir, pois o que importa é o exercício da imaginação sem as amarras da dimensão do tempo e do espaço.

No plano espacial, a dimensão entre o local e o global é igualmente imprecisa, pois o conjunto de referências a que costumamos recorrer não se restringe ao espaço vivenciado, já que este viaja em várias direções, sejam elas conhecidas ou não. Há, no entanto, elementos imagéticos nessas incursões, com temperos idílicos, que constituem protótipos daquilo que gostaríamos de ter ou vivenciar dentro da noção do lar confortável, repleto de virtudes e ausente de problemas. A realidade imaginada passa a ser referência comparativa em nossas reflexões cotidianas, nas quais sobram pessoas exemplares, países e regiões perfeitos, ideologias impecáveis, modelos políticos ideais e crenças salvadoras. O espectro de opções é bem amplo e não parece ter fim diante da complexidade contemporânea. O desafio, neste caso, passa a ser adotar ou não as receitas preconizadas pelos estados imaginários que ousam desafiar a impermanência das coisas diante da perspectiva de um futuro longínquo, porém incerto.

O cotidiano recebe o nostálgico na esfera da comunicação em sociedade

É comum ocorrerem lembranças de tempos pretéritos com os quais as pessoas se identificam e que fazem parte de sua história. Em geral, selecionamos aquilo que nos traz bem-estar e embarcamos nesse espaço idílico que habita a memória individual e coletiva.

A razão parece simples nesse passeio pelo tempo pois, buscamos no conforto da lembrança, o retorno ao útero acolhedor e generoso no qual nos abrigamos protegidos do ambiente competitivo e das agruras cotidianas, especialmente quando usamos em nossa comunicação diária os mais variados instrumentos tecnológicos disponíveis, em evidente desconexão física, porém próximos de nós mesmos.

Esses dispositivos de exposição comunicacional e de proteção que utilizamos e recorreremos com certa frequência, são denominados por Bauman (2017: 13) como retrotopia. Ou seja, diante da incerteza e da desconfiança por um mundo melhor, vislumbramos medos sobre o futuro e nos aproximamos do referencial passado, numa forma de reafirmarmos posições individuais e, não, ideais coletivos e utópicos de cuja concretização descremos.

Daí resulta a valorização dos indivíduos pela experiência quase solitária, adquirida por meio de práticas rituais ou habituais, pelas quais navega-se por mares conhecidos ou não, que os leva onde quer que desejem e que reforçam a noção de conforto pelo comando de si mesmos. Desprende-se do coletivo e permite-se o individualismo no exercício da imaginação infinita. Um refúgio seguro e livre, sem dúvida, para a realidade do tempo presente.

Por outro lado, Hobsbawn (2012: 11) destaca que “quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói padrões sociais, novos padrões são produzidos”, como se estivéssemos perpetuando antigas referências das quais não queremos nos afastar, dentro de novas roupagens e significados, porém não totalmente desconhecidos. Essa *liaison* entre o referencial conhecido e a dinâmica imposta pelas relações cotidianas representa a adaptação de um amplo repertório de elementos familiares e íntimos, tomados de empréstimo para fortalecer práticas e comunicações simbólicas no tempo presente.

Os indivíduos não conseguem ficar distantes das transformações pelas quais passa o mundo e elas se dão em todos os campos que os cercam. Há exemplos nas instituições políticas, sociais e religiosas, no universo do trabalho, na educação, na cultura, na ciência e na tecnologia. Tudo isso constitui dilemas existenciais e práticos que afetam o ritmo da vida, expondo os sujeitos dessas interações e transformações a novos paradigmas ditados pelo tempo vivenciado.

Tamanha desordem, aqui conceituada como “algo que esteja fora da ordem conhecida e pré-estabelecida” implica em dar mais atenção aos acontecimentos, tal como se mostram, para não reproduzir no presente apenas aquilo que se sabe ou se vivenciou. Essa busca incessante de usar referências nostálgicas para os desafios do presente, indicam que o retorno experimentado pode tornar-se um antídoto inócuo ou uma panaceia para cura de nossas próprias angústias e frustrações em razão da realidade que se impõe. Corre-se o risco mesmo, de assim agindo, tornar a ação regressiva o lugar comum, em vez de investir no avanço.

O desconforto de nosso tempo é desafio ao conformismo e ao lugar comum, tornando a comunicação e as inter-relações sociais objetos de atenção e estudo cada vez mais frequentes. Não dá para passar incólume às transformações cotidianas, bem como deixar de lado as agruras dos indivíduos em sua busca pelo conforto e a previsibilidade em um mundo que insiste em ser velozmente fluido e imprevisível.

A nostalgia sinaliza assim a recorrência com que os indivíduos agem de modo a equilibrarem-se em seus desconfortos e mudanças, ao elegerem tudo o que já se mostrou comprovado e tradicional como elementos fundamentais de uma estratégia de sobrevivência em busca de equilíbrio

e ao mesmo tempo de renovada transformação. Estar próximo do universo conhecido é parte desse caminho como também de pertencimento à nova ambiência que o futuro em construção nos reserva.

A nostalgia da realeza na mídia e a construção de imaginários coletivos

Um dos símbolos nostálgicos mais evidentes de nosso tempo é a permanência recorrente de notícias sobre a instituição da realeza monárquica nos principais veículos de comunicação. Mesmo que pareça estranho ou bizarro em regimes políticos republicanos tal tipo de destaque, não se pode negar o interesse que a audiência dedica a tais fatos e seus desdobramentos, tais como cerimônias e rituais, tomando partido por um ou mais de seus atores mais famosos.

Podemos tomar por exemplo a família real britânica, como destaquei em livro de minha autoria (2015: 25), cujo aparato comunicacional em torno de seus atos institucionais costuma concentrar significativos olhares de diferentes veículos, ressaltando a sua importância no mundo contemporâneo, amplamente globalizado e multimídia. Nesse caso, não se pode negar que por mais democráticos que sejam os países e suas respectivas sociedades, a pompa e o espetáculo proporcionados pelos rituais da realeza ultrapassam e muito as fronteiras nacionais, ganhando amplos espaços das mídias de muitos países.

O desenvolvimento dos meios de comunicação amplia a repercussão de tais rituais monárquicos, além de garantir audiência e projeção dos países que os sediam. A variedade ritualística é tão grande, que vai desde a abertura do parlamento, que é um evento político-institucional, até o nascimento de um bebê cujos pais em evidência pertençam às linhagens ancestrais que constituem a história das famílias reais. Junte-se a isso, a construção de imaginários coletivos contribui para a extensão da repercussão desses eventos, estabelecendo conexões entre indivíduos de diversas partes do mundo que nutrem apreço pelo universo mágico que só a realeza lhes proporciona.

A nostalgia aportada pelas manifestações rituais ancestrais da realeza torna-se elo entre aquilo que somos e o que gostaríamos que fôssemos em nosso imaginário, proporcionando tamanha identidade coletiva, que sugerem estar incorporados na contemporaneidade, independente de região, país ou cultura, enfim, em qualquer parte do mundo. Tal anacronismo não se revela, no entanto, na prática, já que as práticas ritualísticas são, até certo modo, continuidade de um passado conhecido e o presente igualmente identificado. Mesclam-se características de épocas distintas sem afetar o modo atemporal como se apresentam.

O exemplo mais evidente dessa conexão passado-presente é a realeza britânica, cujo calendário de eventos e cerimônias preenche com vigor o noticiário da mídia internacional, que por sua vez transforma cada um desses atos em acontecimentos globais, em razão de sua difusão imediata e recorrente. Não é incomum que algumas dessas notícias também frequentem as colunas especializadas em *faits-divers*, cujo interesse passa a ser assunto comum entre aqueles que as

apreciam, replicando de forma considerável o conteúdo dessas matérias e a projeção dos principais atores envolvidos.

A constância faz supor que há um considerável interesse público em tais fatos, projetados escala global, fazendo de seus personagens, atores globais, que fazem parte de um enredo próximo de um folhetim, cujos papéis são demarcados e facilmente identificados e compreendidos, sem necessidade de muito detalhamento ou explicações. Cada um deles, mesmo que portando indumentárias e adereços seculares, que os tornam quase míticos e próximos do sagrado, projetam sonhos e desejos pessoais, tornando-se próximos dos seres comuns por seus comportamentos puramente humanos, em razão de atitudes ou deslizes comuns a todos os demais mortais.

Por similaridade, a nostalgia da realeza também se projeta nos ídolos populares, a quem comumente denominamos de reis e rainhas em algum campo de atuação, especialmente àqueles ligados à música de massa cujo sucesso esteve ou está em evidência. Nessa seara podemos registrar exemplos de diferentes épocas e culturas, tais como Madonna, a rainha do pop; Amália Rodrigues, a rainha do fado; e os Beatles, os reis do rock. Todos presentes na construção de imaginários coletivos.

Algumas considerações

Como vimos, a nostalgia em seu amplo espectro social e comunicacional, se traduz no resgate dos elementos do passado a fim de incorporá-los ao presente, distanciando-nos da imprevisibilidade do futuro cuja reflexão pode resultar em estados de angústia, incerteza e insegurança sobre o mundo que nos cerca.

A nostalgia de alguma maneira pode ser comparada ao papel de boias em práticas de natação, já que possibilita a flutuação independente de condicionamento físico ou habilidade para tanto. Pode tornar-se do ponto de vista simbólico, o conforto que almejamos nas práticas do cotidiano. Assim, desenha-se um porto seguro e, ao mesmo tempo, uma solução para a ilusória perspectiva de um futuro mais previsível ou, um antídoto contra as vicissitudes dos acontecimentos sobre os quais não temos ingerência, mas interação. O encantamento com o passado previsível pode sinalizar a sua repetição, porém sem o manto da mais ampla proteção.

Nesse caso, podemos repetir o provérbio popular que ressalta: "já que não podemos evitar que chova, ao menos podemos abrir um guarda-chuvas".

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, S. (2017): *A era do imprevisto*, São Paulo, Cia. das Letras.
- ANDERSON, B. (2017): *Comunidades imaginadas*, São Paulo, Cia. das Letras.
- BANDEIRA, M. (2013): *Libertinagem*, Rio de Janeiro, Global.
- BAUMAN, Z. 2017: *Retrotopia*, Rio de Janeiro, Zahar.

BENOIT, L. (1976): *Signos, símbolos e mitos*, Belo Horizonte, Interlivros.

HOBBSAWM, E. (2012): *A invenção das tradições*, São Paulo, Paz e Terra.

SEGALE, M. (2002): *Ritos e rituais contemporâneos*, Rio de Janeiro, FGV.

SILVA, R. (2015): *God save the queen- O imaginário da realeza britânica na mídia*, Saarbrücken, Novas Edições Acadêmicas.

Historia reciente en Latinoamérica. La construcción de identidades bicentenarias a partir de agendas oficiales y trascendencia en la prensa digital

História recente na América Latina. A construção de identidades bicentenárias a partir de agendas oficiais e transcendência na imprensa digital

Recent history in Latin America. The construction of bicentennial identities from official agendas and transcendence in the digital press

Renee Isabel Mengo (Facultad de Ciencias de la Comunicación - Universidad Nacional de Córdoba)

rimm952@gmail.com

Pablo Rubén Tenaglia (Facultad de Ciencias de la Comunicación - Universidad Nacional de Córdoba)

pablotenaglia2001@yahoo.com.ar

Resumen: El presente artículo constituye un mosaico de conmemoraciones y actos de los Bicentenarios ligados tanto a sucesos históricos como a las más diversas expresiones culturales propias de nuestra Latinoamérica. Estas particulares celebraciones fueron difundidas a través de la web, en los portales oficiales de cada país y en los sitios on line de la prensa gráfica de la región.

La comunicación social, las diferentes corrientes historiográficas y la política latinoamericana contemporánea se entrecruzan en una investigación que les dio trascendencia a los festejos por los 200 años de las emancipaciones latinoamericanas todo ello tomando como corpus de análisis, a diversos artículos periodísticos (publicados en diversos portales on line), programas oficiales de los festejos y documentos del Grupo Bicentenario.

Un repaso y lectura más profunda de esta agenda mediática y oficial llevada a cabo entre los años 2009 y 2011, en donde, Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, México, Paraguay, Uruguay y Venezuela, festejaron sus doscientos años de Independencia, constituyó el disparador que propició un nuevo debate desde las Ciencias Sociales y Humanidades hacia donde van estas naciones latinoamericanas en camino al tercer centenario.

Para ello y a modo de contribución al estudio de estas temáticas, el presente artículo es una síntesis del libro: *Historia Latinoamericana y Medios de Comunicación -La construcción Bicentenario a partir de su reflejo en la prensa digital* (2015), el que explora y describe los

Bicentenarios, desde la mirada de los medios masivos de comunicación, sabiendo de su influencia en el entramado discursivo de la opinión pública; tanto como de las agendas de Estado de actos y festejos organizados por los diferentes gobiernos de los mencionados países para dotar de valor a una serie de acontecimientos históricos que cada país involucrado supo conmemorar, siendo esta la forma de comprender el devenir socio cultural actual y futuro de nuestra América.

Palabras clave: Bicentenarios; Identidad; Agenda; Prensa digital.

Resumo: O presente artigo constitui um mosaico de comemorações e atos dos Bicentenários ligados tanto a eventos históricos quanto às mais diversas expressões culturais de nossa América Latina. Estas celebrações particulares foram espalhadas pela web, nos portais oficiais de cada país e nos sites online da gráfica da região.

A comunicação social, as diferentes correntes historiográficas e a política contemporânea latino-americana se entrelaçam numa pesquisa que deu significado às celebrações pelos 200 anos da emancipação latino-americana, tomando como corpus de análise vários artigos jornalísticos (publicados em diversos portais) online), programas oficiais das celebrações e documentos do Grupo Bicentenário.

Uma revisão e uma leitura mais profunda desta agenda midiática e oficial realizada entre 2009 e 2011, na qual Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela celebraram seus duzentos anos da Independência, foi o gatilho que desencadeou um novo debate das Ciências Sociais e Humanas para onde essas nações latino-americanas vão, a caminho do terceiro centenário.

Para este fim e como uma contribuição para o estudo destas questões, este artigo é um resumo do livro *História da América Latina e Mídia - construção Bicentenária de seu reflexo na impressora digital* (2015), que explora e descreve os Bicentenários, na perspectiva dos meios de comunicação de massa, conhecendo sua influência no arcabouço discursivo da opinião pública; bem como as agendas de Estado dos actos e festejos organizados por diferentes governos desses países para fornecer valor a uma série de acontecimentos históricos que cada país envolvido conhecia comemorar este ser o caminho para compreender a evolução sócio-cultural atual e futura da nossa América.

Palavras-chave: Bicentenário; Identidade; Agenda; Imprensa Digital.

Abstract: The present article constitutes a mosaic of commemorations and acts of the Bicentennials linked both to historical events and to the most diverse cultural expressions of our

Latin America. These particular celebrations were spread through the web, in the official portals of each country and in the online sites of the graphic press of the region.

Social communication, different historiographical trends and contemporary Latin American politics are intertwined in a research that gave significance to the celebrations for the 200 years of Latin American emancipation, all taking as a corpus of analysis, various journalistic articles (published in various portals online), official programs of the celebrations and documents of the Bicentennial Group.

A review and deeper reading of this media and official agenda carried out between 2009 and 2011, where, Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Mexico, Paraguay, Uruguay and Venezuela, celebrated their two hundred years of Independence, was the trigger that prompted a new debate from the Social Sciences and Humanities to where these Latin American nations go on the way to the third centenary.

For this and as a contribution to the study of these issues, this article is a synthesis of the book: *Latin American History and Media -Bicentennial construction from its reflection in the digital press* (2015), which explores and describes the Bicentennials, from the perspective of the mass media, knowing their influence in the discursive framework of public opinion; as well as the State agendas of events and celebrations organized by the different governments of the aforementioned countries to give value to a series of historical events that each country involved commemorated, this being the way to understand the current and future socio-cultural future of our America.

Key-words: Bicentennial; Identity; Agenda; Digital press.

Introducción

La conmemoración de los Bicentenarios en diversas naciones latinoamericanas, ha marcado un hito para nuestro hemisferio y mueve a reflexionar sobre el origen y destino de todos nuestros pueblos, las naciones del continente americano. Fue un período de tiempo más que adecuado para evaluar la construcción de una identidad propia, acompañada de sus éxitos y fracasos, para poder vislumbrar posibles metas que conlleven hacia una auténtica integración continental.

En el año 2009, lo celebraron Bolivia y Ecuador. En 2010, lo hicieron Argentina, Chile, Colombia, México y en el 2011, Venezuela, Paraguay, Uruguay y El Salvador. Tal importancia ha tenido el evento que los países mencionados aunaron acuerdos y criterios en el llamado "Grupo Bicentenario".³

³ Se conformó en diciembre de 2007 en Santiago de Chile, y reunió a los países latinoamericanos que conmemoraron sus Bicentenarios entre 2009 y 2011. Allí, se sentaron las bases de funcionamiento del Grupo y se acordó la realización de acciones coordinadas en materia de debates, publicaciones, celebraciones y festivales.

Los diarios y sus portales digitales también sirvieron para acompañar la cobertura de cada una de las conmemoraciones, poniendo el acento en un hecho con características meramente históricas; la prensa gráfica digital de cada país protagonista ofreció su particular mirada de los acontecimientos. De tal manera se allanó el camino para vislumbrar, en detalle, la responsabilidad puesta en juego al momento de asumir fechas históricas de suma relevancia para el continente americano.

Desde la mirada del semiólogo (Eliseo Verón, 1987), se posibilita recorrer la conmemoración de los bicentenarios haciendo hincapié en la "construcción del acontecimiento" de los distintos hechos analizados. Los medios masivos como usinas difusoras de noticias participan en la construcción de la realidad social, a partir de la producción mediática de los hechos que luego pasan a tener valor social por la confianza o creencia depositada en él. En este contexto el periodo comprendido entre 2009-2011 conllevó un sinnúmero de celebraciones que la prensa gráfica digital supo construir a partir de su periódica cobertura.

El presente artículo es una síntesis del libro: *Historia Latinoamericana y Medios de Comunicación – La construcción Bicentenario a partir de su reflejo en la prensa digital- 2015*, el que explora y describe los Bicentenarios, desde la mirada de los medios masivos de comunicación, sabiendo de su influencia en el entramado discursivo de la opinión pública; tanto como de las agendas de Estado de actos y festejos organizados por los diferentes gobiernos de los mencionados países para dotar de valor a una serie de acontecimientos históricos que cada país involucrado supo conmemorar, siendo esta la forma de comprender el devenir socio cultural actual y futuro de nuestra América.

La investigación desarrollada ahondó en el análisis de la construcción del acontecimiento, tal es el caso de los Bicentenarios, teniendo en cuenta el seguimiento de portales digitales relevantes, como agendas de Estado en los diez países analizados. En paralelo, en el citado libro, se acompañó con la descripción de los antecedentes históricos que dieron lugar a cada celebración patria.

Dicha publicación tuvo el propósito de constituir un aporte a los estudios inherentes en el terreno de la comunicación, atravesada por la compleja realidad latinoamericana que caracteriza este periodo, y además como producto de la diversidad de valores compartidos con cada uno de los pueblos protagonistas de la conmemoración de los Bicentenarios.

Cada país tuvo su particularidad al momento de organizar los actos por el festejo de los Bicentenarios. Algunos se concentraron en una fecha específica que supieron aglutinar en una gran celebración, en cambio otros, decidieron desarrollar actividades y festejos a partir de un recorrido anual por distintas fechas trascendentales para comprender los doscientos años de independencia del país.

Bolivia comenzó a planificar la conmemoración de los doscientos años de su independencia con la creación del Comité Nacional del Bicentenario, al amparo de la Ley Nº 2501 promulgada en agosto de 2003. El 25 de mayo de 2009 se decretó Fiesta Cívica Nacional con motivo del inicio de la independencia por la Revolución de Chuquisaca de 1809.

Con respecto a Ecuador, el día central de los festejos se llevó a cabo el 10 de agosto de 2009. Antes de esa fecha, una gran agenda conmemorativa integró diferentes tipos de eventos que, desde principios de junio, comenzó a marcar aceleradamente el desarrollo de las celebraciones, tanto culturales como artísticas, culinarias, políticas, etc, que se extendieron hasta diciembre de ese año.

Argentina festejó los 200 años de libertad durante cinco días, entre el 21 al 25 de mayo de 2010, con acontecimientos a lo largo y ancho del país: eventos, espectáculos artísticos; desfiles; exposiciones; múltiples inauguraciones de centros culturales; caminos y edificios públicos; todo esto acompañado por la asistencia y participación de millones de ciudadanos.

Por su parte, el 20 de Julio de 2010, el Gobierno de la República de Colombia, encabezado por el Presidente Álvaro Uribe Vélez decidió conmemorar el festejo por los doscientos años de la independencia de este país de España; para ello, creó una comisión en la que por decreto se le delegaron aquellos aspectos concernientes de la organización de todos los festejos para dar trascendencia a esta conmemoración.

México, tuvo una particularidad porque entre el 15 y 16 de septiembre de 2010 se celebraron doscientos años de independencia y cien años de la Revolución. Llamado también el año de México, fueron dos acontecimientos significativos para el país.

Los festejos por el Bicentenario en Chile, se concentraron el 18 de septiembre, momento en el que el país trasandino proclamó su Primera Junta de Gobierno el mismo día de 1810.

El Bicentenario de la Independencia de la República del Paraguay se llevó a cabo con actos y festividades que se realizaron en el país y en colectividades paraguayas que habitan en otros países, en ocasión de la celebración de los 200 años de la independencia de España el 15 de mayo en 1811. Las actividades en relación al Bicentenario del Paraguay arrancaron en 2010 y culminaron a finales de 2011. Los días oficiales de los festejos fueron el 14 y 15 de mayo de 2011. Para organizar y dar un marco regulatorio al conjunto de festividades, el gobierno paraguayo, al igual que otros países latinoamericanos, creó una comisión.

En Venezuela, se realizó el festejo a partir de una serie de conmemoraciones que tuvieron lugar entre el 19 de abril de 2010 y el 5 de julio de 2011, fechas en las cuales se recordaron los hechos ocurridos durante la revolución del 19 de abril de 1810 y la firma del Acta de la Declaración de Independencia de Venezuela, el día 5 de julio de 1811, ambos en la ciudad capital de Caracas. De esa manera, Venezuela nació como nación independiente y soberana.

En el año 2011 Uruguay celebró el Bicentenario del proceso de emancipación oriental. Con motivo de tal acontecimiento durante ese año se llevaron a cabo un sinnúmero de celebraciones

a lo largo y ancho de todo el país. Las celebraciones dieron inicio el 15 de febrero para dar cierre en el mes de diciembre con actos y festivales centrales que suscitaron la atención de miles de personas. El lanzamiento se realizó en el Salón de los Pasos Perdidos en el Palacio Legislativo y contó con la presencia del Presidente José Mujica.

Por último, El Salvador conmemoró en 2011, dos siglos desde el Primer Grito de Independencia del Imperio español que tuvo lugar el 5 de noviembre de 1811. Se considera esa fecha como el inicio de la gesta independentista. De ser una simple colonia española, dependiente de la Capitanía General de Guatemala, se pasó al rango de Nación. Este movimiento precedió a la proclamación de la Independencia de las provincias de Centroamérica del gobierno español el 15 de setiembre de 1821.

Desarrollo

En relación a la investigación realizada, los medios gráficos digitales transversalizados por las nuevas tecnologías, tal vez, aportaron a este proceso algo más significativo que los medios de comunicación tradicionales, ya que configuran un panorama complejo en el que todavía pareciera difícil leer la totalidad de esta construcción conmemorativa por ser un tejido de acciones enlazadas, proactivas y sinérgicas.

Actualmente, con el predominio de las telecomunicaciones, Internet fusiona texto, imágenes fijas, móviles, audio, instantaneidad e interactividad, cuya influencia afecta a todos los medios de comunicación, entre ellos a la prensa.

El desarrollo de la prensa digital ha obligado a reconsiderar las características distintivas de la lectura de la prensa escrita en cuanto a la linealidad y jerarquía seguida en la interpretación del texto. Esto ha contribuido al nacimiento de una nueva conceptualización de texto, lectura, escritura e interacción comunicativa que debe pasar exitosamente y rápidamente por la metamorfosis de un nuevo concepto por comprender a un concepto ya interiorizado, aceptado y aplicado por parte de los perceptores en las respectivas comunidades virtuales.

En este contexto, el periodismo gráfico digital constituye una nueva forma de comunicación en la construcción de la actualidad, con características que lo diferencian de los tradicionales. La interactividad, la hipertextualidad y la multimedialidad, son sus rasgos más distintivos.

Tan importante ha sido el protagonismo de lo digital, por lo que se ha tomado para su análisis, los diferentes artículos de los medios gráficos digitales de los países bicentenarios para interpretar como se representaron esos festejos en los diferentes portales on line y también las diferentes agendas de Estado que se promocionaron a través de los sitios web oficiales de los diferentes países.

La conmemoración de estos eventos latinoamericanos llevados a cabo entre 2009 y 2011, como anteriormente se explicó, constituyó el hecho factico que se toma para su análisis en relación a lo que sostiene el autor citado anteriormente.

Ante lo expuesto, el interrogante que derivó en la investigación resultante fue indagar cómo los medios de comunicación gráficos digitales desde sus diferentes publicaciones y los portales digitales estatales oficiales, reflejaron los Bicentenarios y la agenda de Estado de los distintos países latinoamericanos. Para ello, se utilizó el análisis de contenido, que permitió realizar un estudio sistemático de las características del objeto de estudio a través de una serie predefinida de categorías, en este caso la totalidad de las notas (cualquiera sea su género) de los medios gráficos digitales de los países que conformaron el llamado "Grupo Bicentenario".

Dada la heterogeneidad de las naciones analizadas con sus respectivos periódicos on line y agendas de Estado, el trabajo se desarrolló entre la complejidad y los límites propios del caso, que a continuación se presentan por país.

Bolivia

El Alto Perú fue tierra de héroes y la patria fundacional de la libertad americana. El bicentenario del 25 de mayo de 1809 convocó a bolivianos y americanos a conservar "por entre todos los peligros" la independencia y soberanía. Fundamentalmente: la libertad, que hará posible repensar el país a fin de dotarle, a través del poder constituyente, una constitución para el siglo XXI; esta escrita a puño y letra en los mismos ambientes que hace doscientos años y que se alborotaron con el llamado de la libertad. La trascendencia histórica del suceso cuyo bicentenario se vislumbró a la vuelta de la esquina, ha movilizó a las instituciones de la capital de la República. Al impulso de éstas respondió la normativa que creó, con asiento en Sucre, el Comité Nacional del Bicentenario del 25 de mayo de 1809 y su brazo operativo: la Dirección Ejecutiva, posesionada, en abril de 2006, por el presidente del Comité Nacional y Vicepresidente de la República, Álvaro García Linera.

Cada país tuvo su particularidad en cuanto a la organización y al acto en sí, en Bolivia los medios gráficos dieron la repercusión necesaria al evento, pero no hubo tanta información como en el caso del bicentenario de Argentina.

En el acto de Bolivia se reflejó la realidad que vive ese país en relación a la división de clases y apoyo al Presidente. Evo Morales participó de "eventos paralelos" y no de los del Oriente del país que se caracteriza por su gran presencia criolla y su oposición al apoyo de Morales a la clase indigenista donde participaron representantes de diversas religiones, "se convierte en un paso más que dan los bolivianos en busca de su reconocimiento como nación plurinacional", dijo el Presidente.

Esto también tuvo su seño histórico ya que el mandatario dijo: "que la revolución de la independencia de este país tuvo que ver con la lucha indígena y no con la criolla de 1809".

La particularidad del Bicentenario en Bolivia, fue la inclusión de todas las comunidades de pueblos originarios dentro del Estado Plurinacional.

Ecuador

El 10 de agosto no es una fecha cualquiera para un ecuatoriano: hace doscientos años, un 10 de agosto de 1809, se proclamaba la independencia de Quito del Virreinato de Nueva Granada. Un 10 de agosto de 1830, tras la paz de la Gran Colombia de 1829, el Ecuador alcanzaba, definitivamente, su independencia. El 10 de agosto de 2009 estuvo cargado de razones históricas y de esperanza para este país joven, de cultura ancestral, rica y multiétnica, ansioso por alcanzar "el buen vivir", el "sumak kawsay" en lengua quechua.

Pero cuando hablamos hoy de este "territorio de paz", como se define constitucionalmente a sí mismo este país, estamos diciendo que el Ecuador no es sólo la mitad del mundo, sino las dos mitades, la de dentro y la de fuera, el mundo interior y el exterior, dos mitades que es preciso conocer y entender para comprender y conocer la realidad ecuatoriana y así para contribuir a su desarrollo eficaz y efectivo. La migración es una auténtica oportunidad de desarrollo fecundo y mutuo, como un elemento de progreso y por eso aspira a ser, realmente, un punto de encuentro dinámico, un centro receptor y difusor de ideas y proyectos, un trozo de Ecuador en el mundo que genere riqueza personal, cultural, social y económica para todas colectividades, que genere, en la medida de sus posibilidades, un "buen vivir", en cumplimiento de las previsiones del artículo 40 de la Constitución ecuatoriana, que incorpora importantes cuestiones sobre movilidad humana con base en los principios de la Declaración de Derechos Humanos y que establece el compromiso del Estado para ofrecer en el exterior asistencia, atención, asesoría y protección integral.

El Ecuador, la tierra de la mitad, la mitad del mundo, cuna de la civilización americana, puede ser un ejemplo para la civilización global del futuro. El bellissimo preámbulo de la Constitución, donde se encuentran palabras que valen más que mil imágenes: "Nosotras y nosotros, el pueblo soberano del Ecuador, reconociendo nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres de distintos pueblos; celebrando a la Naturaleza, la 'Pacha Mama', de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia; invocando el nombre de Dios y reconociendo nuestras diversas formas de religiosidad y espiritualidad; apelando a la sabiduría de todas las culturas que nos enriquecen como sociedad; como herederos de las luchas sociales de liberación frente a todas las formas de dominación y colonialismo, y con un profundo compromiso con el presente y el futuro, decidimos construir una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el "sumak kawsay"; una sociedad que respeta, en todas sus dimensiones, la dignidad de las personas y las colectividades; un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana -sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra".

Argentina

El cierre de la celebración por el Bicentenario, que tuvo lugar en la avenida 9 de Julio de la ciudad de Buenos Aires, su escenario principal, fue el acontecimiento más masivo de la historia argentina. Nunca antes, en los 200 años de vida que cumplió el país, más de dos millones de personas se habían congregado para festejar un acontecimiento o para repudiar una acción.

Un record en todos los sentidos y lo mejor es que no hubo ningún incidente serio, algo muy loable teniendo en cuenta la cantidad de personas que participaron de las celebraciones. Todo se mantuvo en un clima de armonía, patriotismo y unión entre los ciudadanos⁴.

Al repasar las ocupaciones del espacio público que tuvieron lugar en el país, los historiadores coinciden en que nunca se vio una convocatoria tan exitosa como la vivida en el día de la Patria. La multitud, que incluyó contingentes de diversos puntos del país, desbordó, en el cierre de los festejos, el perímetro previsto por los organizadores y numerosas calles se cerraron inevitablemente al tránsito vehicular por la cantidad de peatones.

Los argentinos que celebraron el Bicentenario de su Patria han mostrado que, en el reencuentro, en la amistad cívica, en el respeto mutuo y en el sentido homenaje a sus próceres, está el único camino posible hacia un futuro común y venturoso.

Mientras la ciudadanía demostró civilidad y respeto, fue el gobierno nacional en la persona de la presidenta Cristina Fernández, que festejó el Bicentenario junto a siete mandatarios sudamericanos, pero con la ausencia de ex mandatarios argentinos. En forma paralela, el resto de los principales referentes de la oposición se caracterizaron por un claro bajo perfil, quizás ante el protagonismo del gobierno en estos festejos.

El recordatorio de la jornada de mayo de 1810 también estuvo signado por las diferencias con la Iglesia. Como durante los 200 años de historia, nuevamente la Iglesia y el gobierno no están a la altura de las circunstancias y mantienen una visión cortoplacista.

Quienes sí dieron un ejemplo de convivencia son los cientos de miles que se volcaron a las calles del microcentro porteño para presenciar las disímiles actividades por el festejo del Bicentenario. Sin discrepancias, sin diferencias, con una ejemplar convivencia. Un hecho para destacar, pero que sin embargo no puede ser políticamente capitalizado por nadie.

Colombia

Según Sebastián Vargas, "la conmemoración del Bicentenario de independencia en Colombia se caracterizó, por la realización de múltiples festejos y proyectos conmemorativos impulsados desde el Estado y desde otros sectores sociales. Los usos públicos de la historia por parte del Estado por lo general estuvieron relacionados con una exaltación de la historia patria, sus hitos, próceres, héroes y batallas. En medios de comunicación, publicaciones y eventos cívicos,

⁴ Nuestro Bicentenario y el valor de la convivencia. Diario La Nación. Domingo 30 de mayo de 2010. Editorial. Obtenido de: <http://www.lanacion.com.ar/1269940-nuestro-bicentenario-y-el-valor-de-la-convivencia>. [Consultado el 20 de marzo de 2014].

sobresalió esta retórica nacionalista y patriótica por encima de otros enfoques y aproximaciones al pasado. En esta lectura oficial del período de independencia estuvo implícito un interés por realzar los aspectos militares del proceso histórico, como se evidenció en la propuesta inicial del gobierno de Uribe en conmemorar el bicentenario en 2019 (200 años después de la batalla de Boyacá). Este enaltecimiento de lo patriótico y de la dimensión militar de la experiencia independentista tuvo que ver con la intención de legitimar el modelo de seguridad democrática de sus dos gobiernos (2002-2006 y 2006-2010). Se trata de un uso de la historia que posibilita la puesta en marcha de ciertas políticas de la memoria, definiendo lo que se debe recordar y celebrar, y lo que se debe olvidar e invisibilizar.

No obstante, es importante tener en cuenta que no todos los festejos y proyectos conmemorativos se caracterizaron por reproducir una memoria hegemónica del proceso de independencia, en sintonía con la historia de la patria. Por el contrario, se realizaron diferentes festejos y proyectos conmemorativos que cuestionaron los mismos mitos fundacionales de la nación, permitieron narrar y comprender la historia desde nuevos puntos de vista e hicieron irrumpir memorias disidentes en la arena misma del contexto celebratorio y de la definición de las políticas de la memoria. Muchas de estas propuestas alternativas partieron de diversos movimientos sociales y de la academia, pero es significativo que algunas de las instituciones estatales, como el Ministerio de Cultura y el Ministerio de Educación, desarrollaran proyectos críticos o revisionistas en campos tan importantes como las artes, la cultura y la educación⁵.

En suma, "si bien existió un discurso histórico hegemónico en el marco de la celebración del bicentenario, que apeló a la reproducción de un relato patrio y militarista, que privilegia al estado nación como sujeto de la historia y pone en el centro el papel del ejército en el proceso de emancipación e independencia, también se dieron otras miradas, otras formas de celebración y conmemoración, que entraron a confrontar esa lectura oficial, complejizando así el campo de disputa de las políticas de la memoria."⁶

Por otro lado, se puede dar cuenta de la producción de varios ensayos, estudios académicos e intervenciones artísticas que reflexionaron en los últimos años sobre el proceso de las celebraciones bicentenarias en América Latina, especialmente en los casos de México y Argentina. No obstante, en Colombia los historiadores, científicos sociales y ciudadanos en general no hemos abordado rigurosamente el bicentenario como tema de investigación en relación a los usos públicos de la historia y las políticas de la memoria. Por lo tanto, este artículo

⁵ Docente-Investigador. Departamento de Historia, Pontificia Universidad Javeriana. Historiador y Magíster en Estudios Culturales; Pontificia Universidad Javeriana.

⁶ Este artículo se enmarca dentro del proyecto de investigación doctoral "Después del Bicentenario. Usos públicos de la Historia y redefinición de la nación en Colombia y México".

se planteó como un primer acercamiento a los rituales y documentos cuya intención es invitar a futuras investigaciones y propuestas.”⁷

México

Según el autor e historiador Enrique Krause, “Doscientos años después de que, en el pueblo de Dolores, el cura Hidalgo lanzara su grito de rebelión contra el mal gobierno, este país de 112 millones de habitantes, vivió una celebración marcada por la violencia extrema de los carteles de la droga. Han pasado exactamente 200 años desde aquel Grito. Hoy, México ha encontrado en la democracia su forma política definitiva.”⁸ El drama consiste en que la reciente transición a la democracia tuvo un efecto centrífugo en el poder que favoreció los poderes locales y, en particular, el poder de los carteles y grupos criminales.

El mismo autor sostiene en una minuciosa revisión y reinterpretación histórica que, “Tras la primera revolución de 1810 (que costó quizá 300.000 vidas, de un total aproximado de seis millones de habitantes), las rentas públicas, la producción agrícola, industrial y minera y, sobre todo, el capital, no recobraron los niveles anteriores a 1810, sino hasta la década de 1880. A la desolación material siguieron casi cinco décadas de inseguridad en los caminos, inestabilidad política, onerosísimas guerras civiles e internacionales, tras las cuales el país separó la Iglesia del Estado y encontró finalmente una forma política estable (méritos ambos de Benito Juárez y su generación liberal) y alcanzó, bajo el largo régimen autoritario de Porfirio Díaz, un notable progreso material.

La segunda revolución de 1910, resultó aún más devastadora: por muerte violenta, hambre o enfermedad desaparecieron cerca de 700.000 personas (de un total de 15 millones); otras 300.000 emigraron a los Estados Unidos; se destruyó buena parte de la infraestructura, cayó verticalmente la minería, el comercio y la industria, se arrasaron ranchos, haciendas y ciudades, y en el Estado ganadero de Chihuahua desaparecieron todas las reses.

Ambas revoluciones —y esto es lo esencial— presentaron a la historia buenas cartas de legitimidad. En 1810, un sector de la población no tuvo más remedio que recurrir a la violencia para conquistar la independencia. Su recurso a las armas no se inspiró en Rousseau ni en la Revolución Francesa. Tres agravios (la invasión napoleónica a España que había dejado el reino sin cabeza, el antiguo resentimiento de los criollos contra la dominación de los “peninsulares” y la excesiva dependencia de la Corona con respecto a la plata novohispana para financiar sus guerras finiseculares) parecían cumplir las doctrinas de “soberanía popular” elaboradas por una

⁷ Vargas, Sebastián (2011): El bicentenario de la independencia en Colombia: rituales, documentos, reflexiones. *Memoria y sociedad* 15, no. 31: 66-84. [Consultado el 24 de Octubre de 2014].

⁸ Krause, Enrique. El Grito de México. 15 de setiembre de 2010. Diario el País de España. Sección Opinión. Obtenido de https://elpais.com/diario/2010/09/15/opinion/1284501612_850215.html [Consultado el 20 de febrero de 2015].

brillante constelación de teólogos neo escolásticos del siglo XVI como el jesuita Francisco Suárez. A juicio de sus líderes, la rebelión era lícita”.

En 2010, la violencia en México, se repitió tal cual que en 1810 y en 1910. La diferencia actual fue la forma y los objetivos en los que se basaban esos hechos violentos y vandálicos; ahora es innoble y ciego y solo generada por el dinero, mientras que, en el pasado, se caracterizó por ideales libertarios.

Para finalizar el mismo autor subraya que “La conmemoración se volvió objeto de especulación y emoción para los mexicanos. Sin embargo, dentro de todos los festejos no hubo verdaderamente actividades que inviten a trabajar la idea sobre lo que cumplir cien años de revolución y doscientos de independencia puede representar. Los mexicanos, no estuvieron muy bien informados sobre lo que fue el bicentenario, o pudo llegar a ser. No existe una conciencia social sobre el hecho de que el Bicentenario pudo ser la oportunidad para reflexionar sobre un México distinto y así, aprovechar la calidad histórica del evento para dar un paso cualitativo en la historia del país. Entonces cabría preguntarse si las demandas de la revolución e incluso de la independencia son aún vigentes.

Se necesita superar la incapacidad para resolver con oportunidad y civilidad las diferencias. El ajuste y actualización de las ideas primigenias que lo definen como Estado y como proyecto de nación es la tarea esencial que se debe ocupar. No bastan las solas llamadas al diálogo y unidad ni tampoco las críticas sin contenido ni orientación de future.”⁹

Chile

Para cualquier institución humana es un desafío superar 200 años de vida. No lo es menos para un país como lo ha sido Chile, donde las condiciones objetivas que existían no eran las más favorables para asegurar la consolidación de un Estado. Se trataba de un territorio alejado y cuyas características hacían difícil el poblamiento y las comunicaciones, con recursos escasos en comparación a otras naciones. Probablemente, estas dificultades ayudaron a definir uno de los sellos distintivos del carácter nacional chileno, cual es la capacidad de enfrentar condiciones adversas y superarlas.

A lo largo de su historia independiente la consolidación del Estado como base esencial de la vida republicana, generó una solidez institucional que siempre ha sido valorada dentro y fuera del país. La ciudadanía ha apoyado siempre la existencia de una autoridad impersonal y respetada, la vigencia de la ley y el amparo a las personas y sus derechos. Por eso, los momentos más difíciles que el país ha vivido son precisamente aquellos en que los conflictos internos pusieron en peligro estos elementos esenciales para la paz social y para el progreso.

⁹ Enrique Krauze Kleinbort, es miembro de la Academia mexicana de Historia y El Colegio Nacional. Es además director de la editorial Clío y de la Revista cultural Letras Libres.

El Bicentenario de Chile encontró al país en plena transformación. De allí las variadas voces que se plantearon si los doscientos años de vida independiente se puede celebrar con un progreso real para la sociedad chilena, o más bien quedan coletazos de la vieja dependencia económica que en el presente se expresan a través de multinacionales.

Se reconoce la valentía de esta noble nación, que pese a los graves inconvenientes sufridos en ese año 2010, han tenido la ilusión de conmemorar su bicentenario.

Chile ha entrado en su tercer siglo de vida con esperanza y optimismo sobre su futuro, lo que hizo que la fecha de conmemoración de su independencia se convirtiera en un hito trascendental que se conmemoró como un motivo de justa celebración a lo largo de todo el territorio nacional. Esto fue reflejado en la página de los diversos medios digitales con diferentes características y profundidad del tema, pero sin lugar a duda, el tema central de su agenda durante el periodo de conmemoración.

Paraguay

En el caso de la República del Paraguay, los principales festejos se llevaron a cabo entre los días 14 y 15 de mayo de 2011, pero las actividades en diferentes ámbitos propiciadas y organizadas por una comisión creada para este fin, empezaron en el año 2010 y culminaron a finales del 2011.

La propuesta fue entonces recordar aquel pasado de emancipación, pero desde la condición colonial, no desde la colonialidad tejida por los amos ni dictada por los miedos propios. A partir de un lugar de la memoria, es necesario y lúcido recordar celebrando a los personajes históricos, gobernantes, intelectuales, artistas; celebrar las heroicas gestas de pueblo; celebrar los dos idiomas, especialmente el guaraní, para reivindicar a los antepasados originarios de este gran país, negados injustamente por el pensamiento occidental, y para resaltar la principal diferencia de la otredad (celebrada por el pensamiento eurocéntrico y que se vio representada en el sincretismo religiosos que introdujeron en esos territorios los jesuitas). Celebrar esta tierra, que, a pesar del saqueo interminable, sigue teniendo riquezas. Celebrar que el "Ser" paraguayo sigue vivo como nacionalidad, y que, en medio de las complejidades y la contradicción, las grandes mayorías del país siguen caminando, luchando y deseando un país más libre y más justo. Celebrar que el futuro es una posibilidad real que se construye en el presente y es obligación de todos y de todas.

Venezuela

La conmemoración del Bicentenario en Venezuela, tuvo la particularidad de que su Presidente, Hugo Chávez, pudiese asistir al mismo pese a la convalecencia en la que se encontraba y para acompañar a la ciudadanía, se valió de la red social Twitter para comunicarse en forma directa.

El gobierno de Venezuela, basado en el socialismo del siglo XXI, mostró las alternativas a las formas tradicionales de gobernar.

Ante la pregunta, ¿Chávez es causa o consecuencia en Venezuela? Claramente es consecuencia. Es resultado del fracaso de los dos grandes partidos que gobernaron Venezuela durante 40 años y quienes se desentendieron de todo: desaparecieron a los pobres de su radar, se volvieron máquinas autistas electorales para la disputa del poder y se ganaron el odio de los venezolanos. Chávez buscó cambiar el modelo de la sociedad venezolana de una manera irreversible. Pero esos cambios, que alteran derechos básicos fundamentales como el de la libertad de prensa o la propiedad, demandan niveles de consenso más altos.

En las celebraciones del Bicentenario de la independencia en 2011, el balance de los logros del modelo, fueron cuestionados. Por todo ello, el socialismo del siglo XXI se presentó como una consigna, un eslogan que pretendió dar cierto contenido al proceso revolucionario. Para la mayoría de la población que lo seguía entonces, eso bastaba.

Uruguay

En el caso de la República Oriental del Uruguay, y en función de los festejos de su Bicentenario, se pudo observar como el país rioplatense supo distanciarse de otros procesos similares en el continente donde una fecha o un hito de tinte histórico en particular marcó el rumbo de los festejos. El comité organizador del Estado, se decidió tomar cuatro hitos del país que sirvieron de motor para las celebraciones del Bicentenario, todos ellos desde la mirada de historiadores y de la organización se ubicaron como distintos hechos que fueron el punta pie del proceso emancipatorio de la Banda Oriental.

La figura transversal a las cuatro fechas fue el prócer José Gervasio Artigas. En él, al haber sido quien dirigió la lucha hacia la independencia definitiva, se concentró todo el sentimiento patrio durante el año festivo, tendiente a simbolizar sus luchas y su liderazgo. En cada recreación de los hitos celebrados su figura se hizo presente en las alocuciones del presidente José Mujica, como en las palabras de los jefes comunales que supieron acompañar los festejos que protagonizaron las ciudades.

Cabe destacar otra diferencia con algunos de los Bicentenios latinoamericanos. En el caso de Uruguay se pudo prestar atención a la presencia de los principales referentes opositores en cada hecho celebrado. Esta imagen de unidad, a pesar de las diferencias ideológicas y hasta históricas (en cuanto a sus concepciones) quedó expresada en la mayoría de los portales y periódicos que siguieron el camino del Bicentenario durante todo el 2011. Estratégico o no, sirvió para fortalecer la unidad que tanto se proclama desde Uruguay; a nivel nacional como su réplica a nivel continental.

En consonancia con el sentimiento patrio, desde la construcción del acontecimiento realizada por los medios se vislumbró y valoró la alta convocatoria que logró cada festejo. La ciudadanía

uruguayo no es muy propenso a grandes movilizaciones salvo por el sentimiento que los une con el fútbol; sin embargo, en la ocasión del Bicentenario existió una inmensa participación en las calles. En ellas, en las pequeñas ciudades que protagonizaron los festejos, hasta en la ciudad capital de Montevideo donde en una ocasión, según varios periódicos, uno de cada tres uruguayos se había hecho presente para acompañar los festejos.

Sin lugar a dudas, el comité organizador especialmente conformado para el Bicentenario tuvo en cuenta varios factores a la hora de recrear semejante homenaje a lo largo de todo un año; en primer lugar, para lograr mantener la efervescencia en cada hito festejado y en segundo lugar para lograr la convocatoria ideal teniendo en cuenta las características de la ciudadanía uruguayo. En ese aspecto se destaca su labor ya que logró introducir desfiles típicos con grandes festivales artísticos-musicales. En cada circunstancia el seguimiento periodístico rescató las presencias artísticas tanto locales como internacionales.

En su desarrollo no se observó mayores críticas al bicentenario, salvo cuestiones vinculadas al carácter meramente histórico de algunas de las fechas. Como acontecimiento para el país su aceptación fue mayoritaria; las notas y las crónicas en ese sentido lo reflejaron en armonía con el equilibrio de relaciones entre los referentes políticos a cargo del gobierno del momento y la oposición.

El Salvador

En 1811, en todo el territorio de la Intendencia de San Salvador del Reino de Guatemala tuvieron lugar intensas movilizaciones populares de rebeldía en contra de las autoridades peninsulares. El Primer Grito fue un proceso plural, participativo, con una diversidad de autores que dejaron sentir su capacidad de acción y presión para realizar los cambios políticos, sociales, fiscales e internacionales necesarios para un nuevo desarrollo en aquella época.

La construcción de la nación primero y del Estado de El Salvador después, no ha sido distinta al de Centroamérica.

Naciones ricas en productos naturales, no pudieron desarrollar por sí mismas un modelo de desarrollo e integración, la dependencia ha sido constante desde la Independencia al presente, ese contexto ha servido para una continua descomposición social, sangría de sus habitantes, exilios, etc., hasta convertir a este país en muy inseguro. El costo humano de la guerra civil y la actual situación del narcotráfico, hacen que, a pesar de estar en otra instancia, no pueda plasmarse un verdadero proyecto nacional, en donde se revalorice el pasado de sus civilizaciones originarias, el porte colonial, más el presente, sin lo cual no se puede construir en base al legado, que lo posee y en abundancia.

A pesar de todo esto, el 5 de noviembre de 2011, la ciudadanía salvadoreña asistió con gran júbilo y alegría a la conmemoración de los doscientos años del primer grito de independencia hacia el imperio español.

Algunas reflexiones finales sobre los Bicentenarios...

Uno de los balances necesarios en el momento de celebrar los 200 años de la independencia de los países de América Latina fue determinar cuánto han avanzado en el desarrollo de las instituciones democráticas (ese fue quizás uno de los objetivos de los movimientos de emancipación).

Pese a los importantes programas nacionales en marcha y a las actividades conjuntas, lo cierto fue que la conmemoración de los 200 Años de la Independencia de los países de América Latina no tuvo la presencia que mereció en la Agenda Internacional. Los periódicos nacionales destacaron que los actos del Bicentenario ocuparon un lugar relevante en la agenda política y social de América Latina, no así en demás países del mundo.

La organización y la participación de los mandatarios en los actos de cada país expusieron y quisieron demostrar una unión sudamericana que también es una situación idealizada (cuasi utópica) que se pretendió mostrar al mundo.

Las características de la modalidad informativa adoptada por los medios aquí analizados consistieron en la redacción de hechos noticiosos con un lenguaje periodístico claro y preciso. Para el caso del género de interpretación, los rasgos del lenguaje se basaron en la descripción del suceso noticioso, y en la interpretación y análisis del hecho combinados con valoraciones y datos estadísticos que permitieron la contextualización de la noticia. En el género de opinión, los textos expresaron el suceso noticioso que le permite al comunicador volcar su opinión explícitamente en forma negativa o positiva acerca del hecho y, en este sentido, se hallaron numerosas columnas y editoriales donde los autores reflejaban su parecer en torno a la situación del país en la actualidad, comparándola con los ideales revolucionarios de hace doscientos años. En conclusión, la trascendencia de los festejos de los Bicentenarios tanto en los medios gráficos digitales analizados como en los portales oficiales de los diferentes Estados en los que se plasmaron las agendas de festejos de esos eventos, dan muestra del carácter actual del ser latinoamericano, quien manifiesta de diversas formas –mediante los profesionales de la comunicación– la necesidad de una unión entre los ciudadanos que debilite la desigualdad y la anomia social imperante en el siglo XXI.-

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ CUARTERO, I.; SÁNCHEZ GÓMEZ, J. (Eds.) (2014): *Visiones y revisiones de la independencia americana. Realismo/Pensamiento conservador, ¿una relación equivocada?* Aquila fuente, 203. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

DEL ARENAL, C. (2010): *América latina y los Bicentenarios: una agenda de futuro*, Madrid, Editorial Siglo XXI.

- ETCHEGOIMBERRY, D. (2011): *Bicentenario Uruguayo 1811-2011*. Documentos Artiguistas. Recopilación de los principales documentos de la era Artiguista. Buenos Aires. Publicación de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.
- GALEANA, P. (2010): *Historia comparada de las Américas*, México D.F., Editorial Siglo XXI.
- GUZMÁN, C. (2011): *El Bicentenario de la Independencia de los países latinoamericanos*, Madrid, Encuentro.
- FOGEL, J.-F.; PATIÑO, B. (2007): *La prensa sin Gutenberg: el periodismo en la era digital*, Madrid, Punto de lectura.
- GUTMAN, M. y MOLINOS, R. (editoras). (2012): *Construir Bicentenarios Latinoamericanos en la era de la globalización*, Buenos Aires, Editorial Infinito.
- JORQUES JIMÉNEZ, D. (2000): *Discurso e información. Estructura de la prensa escrita*, Cadiz-España, Universidad de Cádiz.
- LAGOS, R. (2011): *Cien años de luces y sombras*. (Tomo 1 y 2), Chile, Editorial Taurus.
- LAFERRIERE, R. (2010): *Bicentenario, Modernidad y Postmodernidad*, Buenos Aires, Editorial Autores de Argentina.
- MALAMUD, C. (2010): *Historia de América* (2ª Ed. Actualizada), Madrid, Alianza editorial.
- PIEDRAHÍTA TORO, M. (1998): *Periodismo impreso, audiovisual y electrónico del siglo XXI*, Madrid, Universitas.
- RAMONET, I. (1999): *Periodismo en el nuevo siglo*, Obtenido de: <http://www.revistalafactoria.eu/articulo.php?id=115> [Consultado el 10 de enero de 2019]
- TENORIO TRILLO, M. (2009): *Historia y celebración*, México, Tusquets.
- VILAMOR, J. R. (2000): *Redacción periodística para la generación digital*, Madrid, Universitas.
- VERÓN, E. (1987): *Construir el acontecimiento*, Barcelona, Gedisa.
- VOLPI, J. (2009): *El insomnio de Bolívar: cuatro consideraciones intempestivas sobre América latina en el siglo XXI*, Barcelona, Editorial Debate.

Recursos en línea

Observatorio de los Bicentenarios. Real Instituto El Cano. Madrid.

<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/EspecialesElcano/ObservatorioBicentenarios>

[Consultado el 17 de enero de 2019]

Observatorio europeo de las Independencias latinoamericanas

<http://www.red-redial.net/bicentenario.html> [Consultado el 25 de enero de 2019]

Webgrafía

<http://www.grupobicentenario.org/>

<http://www.bicentenario.clarin.com/index.php>

<http://www.bicentenario.gob.bo>

<http://www.bicentenario.gob.ec>
<http://www.bicentenario.gob.ar>
<http://www.bicentenario.gob.cl>
<http://www.bicentenario.gob.mx>
<http://www.bicentenario.gob.ve>
<http://www.bicentenario.gob.co>
<http://www.bicentenario.gob.sv/>
<http://www.bicentenario.gob.py>
<http://www.bicentenario.gob.uy>

Periódicos digitais consultados

Bolivia

www.eltiempo.com.bo
www.eldiario.net/
www.infosurhoy.com

Ecuador

www.lahora.com.ec
www.hoy.com.ec
www.ultimasnoticias.com

Argentina

www.lanacion.com.ar
www.pagina12.com.ar
www.clarin.com
www.losandes.com.ar

Chile

www.diarioelmercurio.com
www.latercera.com

Colombia

www.eltiempo.com
www.elespectador.com
www.elheraldo.co

México

www.lajornada.com.mx
www.eluniversal.com.mx

Paraguay

www.ultimahora.com
www.abc.com.py

www.lanacion.com

www.ppn.com.py

www.paraguay.com

www.realidadparaguaya.blogspot.com.ar

www.ea.com.py

Venezuela

www.el-nacional.com/

www.eluniversal.com

El Salvador

www.laprensagrafica.com

www.elmundo.com.sv

www.todanoticia.com

Uruguay

www.larepublica.com.uy

www.ultimasnoticias.com

www.montevideo.com.uy

www.elpais.com.uy

www.espectador.com

TRADUÇÃO

A Imprensa e a Propaganda (1937)

The Press and Propaganda

Ralph D. Casey

70

O jornal comum dos dias de hoje é mais justo, é mais neutro e alcança um maior leque de assuntos do que em qualquer outra altura da sua história, mas mesmo os seus maiores defensores terão de admitir que as suas páginas não estão livres de propaganda. Ainda que não existam estudos de medição concretos, podemos defender a tese de que a quantidade de propaganda na imprensa aumentou nos últimos vinte anos. Ainda que alguns fatores significativos que contribuíram para este incremento resultem de condições sociais, outros são o resultado de mudanças no seio da própria imprensa.

O crescimento e a propagação da democracia são duas das causas principais. As pessoas têm poder através da sua capacidade de saberem ler e, em países democráticos, através do aumento da sua participação na governação pelo sufrágio e pelo sistema de eleições primárias. As incessantes campanhas de propaganda na Alemanha, Itália e Rússia são a prova que, mesmo em países liderados por ditaduras, este poder latente é reconhecido e temido.

Além disso, a expansão da governação, no pós-guerra, para mais vastos campos de responsabilidade e regulação resultou no aumento da propaganda. O governo sente que necessita do apoio do público para estas novas políticas e que tem de resistir à propaganda por parte de grupos de pressão e interesses privados que pretendem defender-se da crescente regulação governamental e ao seu controlo sobre os negócios e a indústria.

A imprensa tem reportado as mudanças políticas e económicas que têm sido geradas por esta presente expansão da autoridade governamental e as repercussões desta política. Dizer que os relatos de todas estas atividades mencionadas são "notícias" é não perceber que muita da informação relacionada com a ação governamental é motivada por agentes públicos e os seus gabinetes de imprensa. Informação do Congresso dos Estados Unidos contabilizou 150 assessores de imprensa, em Washington, a trabalhar para o projeto *New Deal*. O professor Rogers¹⁰ fez uma estimativa idêntica, enquanto críticos do *New Deal* insistem que o número ascende a várias centenas.

¹⁰ Rogers, Charles E., "The Newspaper in Government", *Journalism Quarterly*, vol. 12, pp-19 (Março, 1935).

O capitalismo moderno, a indústria e a tecnologia têm seguido linhas de desenvolvimento que levam a uma produção em larga escala, distribuição em massa e consumo em massa nos Estados Unidos. As organizações comerciais, industriais e financeiras sentem a necessidade de apelar às massas de forma a gerar procura e vender produtos, mercadorias e serviços. A assessoria de imprensa e os anúncios são as armas dos vendedores. Os produtores e os distribuidores procuram fazer uso das colunas dos jornais. Compram espaço para anúncios e tentam engendrar “novidades” publicitárias que arripiem caminho até à secção das notícias. Agentes de relações públicas experientes e inteligentes evitam tais técnicas inábeis, preferindo arranjar situações de notícia que conquistam a atenção e comandam o espaço na imprensa pelo simples efeito da novidade do evento que foi engendrado pelo propagandista.

Ainda que a busca de vendas tenha significado a expansão da assessoria de imprensa, os negócios e a indústria confiam neste agente para os seus esforços em controlar o mercado, para conquistar boa vontade, ou para competir contra um forte concorrente. Criar boa vontade consiste em obter a compreensão do público, ou mesmo a sua simpatia. A agressividade da competição empresarial moderna pode ser ilustrada pelas demandas dos construtores de automóveis em vender os seus carros, dos caminhos de ferro em conseguir passageiros numa época em que as viagens por ar e autocarro ameaçam um antigo monopólio, dos produtores de cigarros, de cosméticos, etc. A expansão da governação para campos anteriormente exclusivamente ocupado pelos serviços de entidade pública originou uma batalha de propaganda em que os serviços de assessoria de imprensa TVA, para citar um exemplo, foi igualado pelos peritos das companhias privadas.

A imprensa serve de câmara de ressonância para este volume de ofertas em conflito. O grau em que os editores filtram ou controlam este fluxo de propaganda vai depender de vários fatores: a política editorial de um determinado jornal, a destreza e a habilidade de propagandistas que pensam em novas formas de passar o crivo editorial, ou os escrúpulos e justiça das agências nacionais que recolhem e distribuem notícias.

Os editores estão perfeitamente a par dos esquemas da imprensa e estabeleceram salvaguardas. A *American Newspaper Publishers Association* providencia aos seus membros jornais com um boletim impresso onde expõe os truques e ardis dos propagandistas e praticamente todas as associações estaduais¹¹ de jornalistas combate aquilo que classifica como “promoção perversa”. Alguns gestores locais de associações de imprensa estabeleceram agências de controlo das agências de comunicação.

Assuntos de matéria promocional que deveriam ser pagos, mas que alcançam as colunas noticiosas através de canais de promoção são apelidados de “promoção gratuita”. Num sentido lato, isso é ilegítimo. As tarifas postais são mais baixas para os jornais sem publicidade do que para aqueles que são livres de publicidade. Apesar dos esforços para obrigar os anunciantes a

¹¹ NdT: Os Estados Unidos são um Estado federal composto por 50 Estados federados.

pagar por todo o seu material promocional, os seus departamentos de comunicação conseguem, ocasionalmente, encontrar formas de se esquivarem a essa obrigação.

O gerente do teatro ou do circo tem, necessariamente, de usar as colunas de publicidade para efeitos promocionais e dado que os anúncios de cariz recreativo pagam uma taxa mais elevadas do que outros anúncios locais, os gerentes de teatros ou cinemas vão esperar “promoção gratuita” em retorno deste pagamento. O generoso espaço concedido pela imprensa a colunas de mexericos de Hollywood, a análise e críticas de cinema e fotografias e perfis de estrelas de cinema podem ser defendido pelos jornais como algo que é impresso porque os leitores assim o exigem. Contudo, nenhuma pessoa sofisticada deve menosprezar a importância da influência do anunciante para que seja concedido tão generoso espaço ao entretenimento em colunas de notícias.

O assessor de imprensa do circo tem sido um interessante fenómeno norte-americano. Se excluirmos o propagandista político, podemos concordar com a teoria que diz que o primeiro assessor de imprensa foi Phineas T. Barnum. Ainda que os editores de Nova Iorque, Boston e Filadélfia não concordassem em conceder a Barnum espaço grátis, ele aprendeu o truque de conceber notícias sobre os seus negócios de forma a que nenhum editor pudesse evitar fazer referência a eles. As suas bizarras criações promocionais provaram ser tão divertidas que os assessores de imprensa dos circos tornaram-se numa espécie de mascote dos jornais e, hoje, nem mesmo Dexter Fellows pode escrever as suas próprias histórias, pois será um jornalista a fazê-lo.

Jornalistas experientes conseguem detetar o carácter promocional de muitas histórias que surgem nas suas mesas, ainda que, devido à sua natureza noticiosa, não sejam capazes de as excluir. A técnica de criar situações de notícia é uma das maneiras em que os agentes de relações públicas, ou, mais humildemente, os assessores de imprensa iludiram a imprensa e o público. Assim que o oficial de relações públicas tenha a garantia que o seu cliente oferece algo que o público “possa ser levado a aceitar”, ele ficará muitas vezes nos bastidores, enquanto o cliente se comporta da forma que foi aconselhado de maneira a conseguir a atenção do público. Tais métodos alcançaram um estrondoso sucesso em vários momentos. A campanha para almejar apoio para o programa de redução de impostos “Mellon”, para a divinização da Constituição, ou para a celebração do *Electric Light's Golden Jubilee*¹² são alguns exemplos. A causa pode ser defendida para um cliente enquanto o perito em publicidade se mantém completamente em segundo plano.

É importante ter em conta que os jornais não podem ignorar grandes celebrações ou eventos espetaculares apenas porque existe um propagandista, por trás da cena, a mexer os cordelinhos.

¹² NdT: Celebração dos 50 anos da invenção da lâmpada incandescente por Thomas Edison, promovida pela General Electric.

Nem podem desprezar matérias não solicitadas que cheguem até eles. Notícias são notícias independentemente do canal de transmissão.

Várias das razões sociais para o aumento da propaganda foram mencionadas anteriormente. Outros fatores que contribuíram para este incremento podem ser relacionados com o comportamento da própria imprensa e para mudanças recentes nos padrões dos jornais¹³.

Durante os últimos trinta e cinco ou quarenta anos, os jornais metropolitanos aumentaram em tamanho, devido ao aumento do volume dos anúncios e a uma maior circulação. Isto levou a uma maior necessidade de notícias e matérias de destaque. Isso providenciou uma maior oportunidade para o propagandista utilizar as colunas dos jornais para o seu material.

Recentemente, a imprensa não tem aumentado os seus recursos humanos proporcionalmente ao número de novas atividades sociais que requerem que se faça notícia. Os tópicos que agora são considerados como notícias são mais variados do que nos anos 90 [do século XIX]. Quando a imprensa percebeu que, no complexo mundo atual, não seria possível reportar tudo com os seus próprios recursos humanos, foi compelida a reconhecer a sua dependência de fontes de informação externas, uma circunstância que mudou completamente toda a forma de trabalhar dos jornais. Agentes e canais exteriores deliciaram-se em ajudar a imprensa na sua cobertura de algumas das notícias económicas, educacionais ou científicas do dia. A agência de notícias teve o seu início devido ao aumento da complexidade do nosso mundo.

Teve o seu início ainda por outro motivo. Os jornais não estavam disponíveis para contratar especialistas altamente treinados que fossem capazes de analisar, interpretar e popularizar alguma da informação proveitosa das esferas económicas, sociais, educacionais e científicas. Esses grupos perceberam que o seu sucesso dependia da boa vontade do público e reconheciam o valor de um bom serviço de imprensa.

A imprensa tem de assumir a sua quota de responsabilidade na ascensão do propagandista. Uma visão muito fechada daquilo que constitui notícia força muitas empresas legítimas e valorosas a abrir caminho até às colunas dos jornais, utilizando assessores de imprensa para gerir os seus interesses, dado que os limitados recursos humanos dos jornais não conseguem cobrir as suas notícias legítimas.

Nos períodos do jornalismo sensacionalista que nasceu das guerras de circulação das décadas de 1890 e 1900, muitos indivíduos e grupos passaram a temer os jornais. Relatos erróneos, pouco informados, emocionais, incompletos ou inconvenientes dos seus assuntos induziram-nos a erguer barreiras face à imprensa e passaram a proteger-se organizando a sua própria informação. Quando pretendiam que o público ficasse a conhecer os seus assuntos, os seus propagandistas podiam maquirar para que a informação saísse na imprensa. O assessor de

¹³ Algumas das influências propagandísticas que afetam a imprensa foram delineadas pelo autor num memorando apresentado ao *Committee on Pressure Groups and Propaganda of the Social Science Research Council. Report of the Committee* mimeografado, 1934.

imprensa interpôs-se entre o repórter do jornal e o indivíduo ou grupo. As notícias secavam na fonte a não ser que fossem notícias favoráveis. Os interesses privados aprenderam a usar a imprensa de forma defensiva e ofensiva.

À medida que os editores alargaram o seu conceito de notícia e que as notícias se tornaram mais especializados nos jornais, foram criadas posições de especialidade. O editor financeiro é um exemplo de um jornalista-especialista. Nem todos os jornais têm capacidade financeira para contratar tais especialistas ou para os treinar e alguns diários com maior disponibilidade de fundos têm evitado gastar dinheiro com jornalistas de "luxo". É difícil perceber em que extensão as notícias relacionadas com a educação, a ciência, os negócios, a finança, a construção civil, os cuidados infantis, a medicina ou outros temas e informação diversos são tratados diretamente pelos jornalistas especialistas ou têm origem exterior ao pessoal. As agências de notícias fornecem muito material e os propagandistas fornecem algum de bom grado. Os leitores dos jornais devem ter isto em conta quando leem colunas especializadas. Não existe, atualmente, nenhum método para se perceber até que ponto peritos externos fornecem as agências noticiosas e até que ponto existe um motivo oculto para essa generosidade. É conhecimento comum que os negócios interessados se esforçam por contribuir para as colunas sobre a família ou a alimentação dos jornais. Hollywood trabalha de muito perto com designers de moda para conseguir fotografias das "rainhas do cinema" com maravilhosos vestidos que inundam as redações dos jornais vindas das agências. A assessoria de imprensa do cinema que surge nos jornais diários e semanais ajuda na aceitação de algum do material mencionado. A indústria automóvel, a rádio, os editores de livros, as imobiliárias, os construtores civis, os designers de moda e os produtores de alimentos procuram, todos eles, introduzir os seus assuntos nas seções especializadas dos jornais.

A imprensa rural é particularmente dependente em fontes externas para o seu material de destaque para o que passa em pequenos jornais como notícias estaduais ou nacionais. Ao passarem os olhos por um jornal rural, os leitores devem procurar detetar diferenças nas manchetes ou na tipografia das colunas de notícias. Muito material de propaganda é facilmente distinguível. Dado que foi originalmente enviado para o jornal na forma de chapas ou matrizes, não estará, muitas vezes, em conformidade com a tipografia habitual de um determinado jornal. Muitos jornais rurais são conhecidos pelo seu uso de propaganda proveniente de partidos políticos ou serviços de utilidade pública. Os propagandistas podem utilizar os serviços da *Western Newspaper Union* ou da *Publisher's Autocaster Service* para enviar publicidade para jornais diários rurais ou de pequenas localidades.

Aquele que tenciona ler um jornal de forma crítica tem de estar atento, em especial, à parcialidade e ao preconceito em duas categorias de notícias: notícias de Washington D.C. e notícias políticas em geral. Apesar de o número de jornais que declara uma estrita fidelidade

partidária ter diminuído desde 1900¹⁴, o sectarismo político ainda existe. Os propagandistas de partidos políticos têm, nos últimos anos, desenvolvido significativamente as suas técnicas e têm conseguido acesso a muitos jornais¹⁵. Ao contrário do que acontecia nos dias do *black Journalism*, um jornal já não exclui das suas páginas todas as notícias do partido da oposição (com exceção das notícias destrutivas), mas ainda é provável que caia na tentação de destacar notícias favoráveis ao seu candidato ou partido e que amplifique os falhanços da oposição.

Durante as campanhas, os principais partidos competem para conseguir colocar nos jornais declarações e nomes de pessoas importantes que apoiam os seus candidatos. Nenhum publicista partidário comete o erro de amear apoios sem declarações ou entrevistas que os acompanhem. E ninguém com conhecimentos de propaganda política acredita que grande parte das declarações seja, na realidade, escrita pelas pessoas a quem são atribuídos esses mesmos depoimentos. Muitos são resultado de entrevistas obtidas por funcionários da publicidade quando um político visita a sede da campanha; outras quando um publicista telefona para casa ou para o local de trabalho do político em busca de uma citação e outras de cartas escritas para políticos ou para o líder do partido. Essas entrevistas e declarações preparadas são alinhavadas para que a sua divulgação à imprensa satisfaça a estratégia da campanha.

É prática corrente em jornais e em agências rescrever esses comunicados de imprensa de forma a que as notícias recebam títulos individuais. Ainda assim, permanece evidente a propaganda. A "criação de mitos" é uma das mais potentes formas de propagandas e é certo que qualquer competição política nos fornecerá exemplos disso. O "mito" é eficaz porque o cidadão médio desconhece o método através do qual o "mito" é criado e "está sob a ilusão de que o que surge perante ele é a revelação de algo até agora escondido e não que se trata de uma criação pela mão do propagandista e pelo político"¹⁶. Os jornais são transportadores de "mitos". Eles ajudaram a construir Calvin Coolidge e criaram o estereótipo do homem forte e silencioso. Eles ilustraram Herbert Hoover, na sua primeira campanha, como um trabalhador miraculoso incapaz de erros humanos. Nos primeiros tempos da administração Roosevelt, o ocupante da Casa Branca foi aclamado como um exemplo da "serenidade em ação". As pessoas politicamente sofisticadas leem jornais neutros ou periódicos e crónicas que não são fiéis a nenhum dos partidos.

Os grupos de interesses especiais referidos pelos cientistas sociais como grupos de pressão são importantes fontes de propaganda. Não é nosso objetivo discutir as causas para a ascensão destas organizações, além de apontar que elas são uma parte do processo democrático e têm evoluído porque os partidos políticos, por si só, não têm satisfizado a necessidade de organização

¹⁴ Willey, Malcom M., "Quantitative Methods and Research in Journalism", *Journalism Quarterly*, vol. 12, pp 261-263.

¹⁵ Casey, Ralph D., "Party Campaign Propaganda", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 179, pp. 96-105 (maio, 1935).

¹⁶ Lipsky, Abram, *Man the Puppet*, p. 196.

em grupo de opinião. Herring descobriu 1200 agências na capital nacional que operam no Congresso e em oficiais administrativos¹⁷ e muitas destas organizações têm filiais em importantes cidades metropolitanas ou capitais estaduais. Beard classificou os grupos de pressão em quatro categorias¹⁸. O primeiro grupo é económico, onde cabem as associações industriais e de comércio, organizações de agricultores, associações trabalhistas e organizações de veteranos que poderão estar preocupados com dotações de fundos para hospitais e pensões ou benefícios para os seus membros. Grupos reformistas ou ideológicos, que não exigem legislação económica, mas que têm como objeto uma reforma social específica como, por exemplo, o aumento do espírito do patriotismo ou do militarismo ou do espírito do pacifismo, a proibição da venda de bebidas alcoólicas, a taxa de imposto única, os direitos das mulheres ou de grupos étnicos, ocupam a segunda categoria do Professor Beard. As organizações profissionais ocupam a terceira categoria e as associações religiosas, como a *National Board of Temperance, Prohibition and Public Morals* e a *National Catholic Welfare Association* constituem a quarta categoria.

Dado que estes grupos não estão diretamente representados no Congresso, eles fazem a sua opinião ser sentida através da organização de *lobbies* e através de propaganda. A sua pressão propagandística é exercida sobre os cidadãos e sobre os seus representantes no Congresso. Um senador ou um representante sabe que os seus constituintes podem ser inundados com propaganda de interesses especiais e sente a pressão de propaganda em Washington por parte de indivíduos e associações que operam na capital nacional. Washington é um ponto fulcral para a propaganda de grupos de pressão, não apenas porque os lobistas podem facilmente apresentar exigências ao Congresso, mas também porque Washington é um grande centro noticioso. Um grande volume de notícias é canalizado a partir de Washington para vários pontos da nação e para o estrangeiro. Cerca de 450 correspondentes em Washington residem na capital. Das grandes agências noticiosas, a *Associated Press* emprega 82 homens em Washington, a *United Press* 24 e a *Universal Service* 15. Além destes, vários serviços de informação confidenciais, que vendem a sua informação a clientes privados, operam na capital.

É inevitável que a propaganda de blocos, grupos, interesses empresariais e de organizações religiosas e reformistas profissionais vão ter à imprensa. Os grupos de interesse estão organizados internamente com esse propósito. Os seus encontros e conferências anuais, os seus boletins e outros materiais impressos, ou os seus plebiscitos sobre questões de interesse produzem notícias que não podem ser ignoradas pela imprensa. Uma função importante do grupo de pressão – a de disseminar propaganda – fica, por vezes, a cargo de um perito ou de um membro permanente do pessoal executivo de um grupo de pressão, mas, frequentemente,

¹⁷ Herring, E. Pendleton, *Group Representation Before Congress*.

¹⁸ Beard, Charles A., e Beard, William, *American Leviathan*.

essa função é desempenhada por um oficial de relações públicas encarregue de gerir a propaganda do grupo.

Ivy Lee é um exemplo extraordinário de um oficial de relações públicas que funcionou como um soldado de infantaria ao serviço de grupos de interesse ao realizar pressão legislativa e propagandística. Durante a sua vida, esteve várias vezes ao serviço de associações como a *Association of Eastern Railroad Executives*, a *Copper and Brass Institute* (lobby do cobre), a *Anthracite Coal Operatores* (associações de mineiros individuais) e outras. No caso do primeiro grupo, o seu intento era o de conseguir apoio público para que os caminhos de ferro obtivessem permissão para subir as tarifas. Ivy Lee guiou esse esforço. Procurou, ainda, criar um sentimento público que impedisse o Congresso de adotar uma lei para a avaliação dos caminhos de ferro. O seu trabalho em prol dos Rockefellers no que diz respeito às dificuldades daqueles com os seus funcionários nas minas do Colorado foi revelado quando ele foi chamado a depor nas audiências perante a Comissão para as Relações Industriais, em 1915. Os Rockefellers foram seus clientes durante mais de vinte anos. As notícias respeitantes às suas atividades passavam pelo seu escritório de Nova Iorque.

Agências de notícias especializadas estão presentes em todas as grandes cidades metropolitanas. Ivy Lee representava o mais talentoso esforço do propagandista. Edward L. Bernays, Thomas R. Shipp e outros serviram empresas e grupos de negócios com quase tanta proeminência. Em Nova Iorque, existem várias empresas que angariam dinheiro para universidades, escolas privadas, igrejas, hospitais e dotações especiais. *Tamblyn and Brown*, *Tamblyn and Tamblyn*, *John Price Jones* e outras empresas fizeram uma utilização exaustiva da assessoria de imprensa na imprensa com o propósito de despertar o interesse em campanhas. Não podemos dizer que essas empresas de angariação de fundos servem grupos de interesse, já que mobilizam o sentimento público para obter doações e ofertas para instituições públicas ou semipúblicas, mas, quando realizam campanhas, elas dependem significativamente dos jornais.

Poucas tentativas existiram no sentido de preparar um censo dos trabalhadores da assessoria de imprensa. Frank I. Cobb, ex-editor da *New York World*, declarou, pouco depois do fim da guerra, que apenas na cidade de Nova Iorque trabalhavam 1500 propagandistas. Na cidade de Minneapolis, existem 316 grupos diferentes entre as organizações em fins lucrativos da cidade. Entre eles, contam-se serviços sociais, de apoio à família e um grande número de outros tipos de organizações. É seguro afirmar que cada um consegue espaço nos jornais durante o ano e que muitos têm uma orientação hábil e consciente da sua atração para o público. Enquanto para muitas destas associações a assessoria de imprensa nos jornais consiste apenas em anúncios periódicos na secção feminina ou do clube num jornal diário de Minneapolis, outras têm programas de promoção bem planeados e que requerem serviços de assessoria de imprensa a tempo inteiro.

Mudanças, na nossa geração, nos padrões dos jornais e a tentativa da imprensa em satisfazer novas exigências dos leitores têm sido fatores que contribuem para aquilo que parece ter sido um aumento no volume de propaganda nas páginas dos jornais. Existe, sem sombra de dúvidas, uma maior diversidade dos interesses representados pela propaganda comparativamente há trinta ou quarenta anos atrás. Nos dias de hoje, descobrimos que a assessoria de imprensa é o meio mais eficaz para motivar a ação individual ou em massa.

**REVISTA
PORTUGUESA
DE HISTÓRIA DA
COMUNICAÇÃO**

**Grupo de Trabalho de História
da Comunicação da SOPCOM**

SOPCOM
Associação Portuguesa de
Ciências da Comunicação